



Anais da Assembléia

N.º 61.

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 24 DE JUNHO DE 1985

ANO X

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 54.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 1985.

SEGUNDA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, Secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Erondy Silvério.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffaxa, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Antônio Belinati, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Trajano Bastos, Werner Wanderer e Wilson Fortes (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Fiori Luiz, Amélia Hruschka, Augusto Carneiro, Odeni Mongruel, Roberto Requião, Sérgio Spada, Tércio Albuquerque e Tuguió Setogutte (08). Achando-se em licença o Senhor Deputado Artagão Mattos Leão (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 68/85, oriundo de Mensagem do Poder Executivo n.º 92/85, que objetiva criar quatro cargos de provimento em comissão, de Assessor, símbolo DAS-5, na estrutura da Secretaria de Estado do Planejamento.

Sala das Sessões, em 24/06/85.

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 35/85, oriundo de Mensagem do Poder Executivo n.º 72/85, que objetiva revogar o artigo 2.º, da Lei n.º 7550, de 17 de dezembro de 1981, restaurando a redação original do artigo 6.º e de seu parágrafo único, da Lei n.º 6047, de 11 de junho de 1973.

Sala das Sessões, em 24/06/85.

(a) CAÍTO QUINTANA.

Líder do Governo e PMDB.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, ouvido Plenário da Casa, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n.º 102/85, de minha autoria, que autoriza o Poder Executivo, conceder Pensão Especial de 03 (três), Salários Mínimos Regionais à escritora MARIA NICOLAS.

Sala das Sessões, em 24/06/85.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 114/85, que objetiva majorar os salários do funcionalismo públicos estadual.

Sala das Sessões, em 24/06/85.

(aa) CAÍTO QUINTANA.

Líder do Governo e PMDB;

GILBERTO CARVALHO.

Líder do PFL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a convocação de Sessão Plenário Extraordinária, para a data de 25 de julho de 1985, antes da Ordem do Dia, às 14:00 horas.

Sala das Sessões, em 24/06/85.

(a) CAÍTO QUINTANA.

Líder do Governo e PMDB.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de voto de congratulações ao Ministro da Previdência e Assistência Social, Dr. Waldir Pires, pela decisão de descentralizar as atividades do INAMPS.

Sala das Sessões, em 24/06/85.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

É antiga a reivindicação de descentralização e desburocratização das ações da Previdência Social brasileira, em particular na área de assistência médico-hospitalar.

Recentemente tomamos conhecimento do esforço que o Conselho Nacional de Secretários de Saúde, Presidido pelo Dr. Ronei Edmar Ribeiro, estava enviando com vistas a uma maior delegação de poderes às Superintendências Regionais do INAMPS.

Hoje, estamos informados que as Ações Integradas de Saúde (AIS) passam a expandir-se em todos os Estados e que até mesmo os contratos a serem efetivados junto à rede privada passaram a ser deliberações das Comissões Interconstitucionais de Saúde a nível de cada Unidade da Federação. Com isso, concretiza-se a implantação de Políticas Estaduais de Saúde, e eliminando-se a pesada herança de dicotomia anacrônica entre saúde pública e assistência médica previdenciária.

Cumpra-se desta forma, ainda que parcialmente, os compromissos de uma nova Política Nacional de Saúde para o País. Resta ao Governo da Nova República remeter ao Congresso Nacional projeto de lei transferindo o INAMPS e a CEME para a órbita do Ministério da Saúde, deixando ao Ministério da Previdência unicamente o complexo emaranhado de questões relativas à Previdência Social.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido na ata dos Trabalhos de hoje, voto de congratulações ao jornal "O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ" pela passagem de seu décimo-primeiro aniversário de fundação e pela inauguração de sua nova sede própria.

REQUER ainda, que da decisão da Casa, seja dada ciência a direção do referido jornal à Avenida Tuiuti, n. 138, Maringá - Paraná.

Sala das Sessões, em 24/06/85.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

O jornal "O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ", dotado de moderno parque gráfico e de todos os recursos que a imprensa moderna exige, tornou-se leitura quase obrigatória para milhares de paranaenses, como um dos mais importantes órgãos de divulgação do nosso Estado.

Respalçado por uma extraordinária credibilidade na opinião pública, o jornal "O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ" merece e deve receber este registro, com a homenagem aos diretores, jornalistas, gráficos e demais funcionários que, juntos têm construído a grandeza daquele jornal e no dia-a-dia, relevantes serviços à comunidade de um modo geral.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ao ilustre Senhor Dr. Francisco Cunha Pereira Filho-Diretor Presidente do Jornal "Gazeta do Povo", voto de louvor pelo êxito alcançados pelo 1.º SALÃO DE ARTISTAS PLÁSTICOS "ALCI RAMALHO FILHO" realizado nas dependências da Secretaria de Cultura e Esporte e encerrado no dia 19 de junho, próximo passado, promovido por aquele jornal.

Justificativa: O 1.º SALÃO "ALCI RAMALHO FILHO" de Artistas Plásticos, contribuiu sobremaneira para o aprimoramento do artista plástico paranaense, revelando novos talentos das Artes Plásticas e da cultura paranaense. A promoção da "Gazeta do Povo" atingiu objetivos jamais alcançados, quebrando um novo recorde na Cultura Brasileira, quando aquele Salão atingiu o expressivo número de 142 inscrições, tendo conferido um dos maiores prêmios já ofertados em promoção deste gênero, ou seja, uma passagem de ida e volta a belíssima ESPANHA, com as passagens terrestres pagas pelos promotores do Salão.

Por estes motivos é que solicitamos o voto de louvor, e temos certeza, que nosso requerimento contará com o apoio dos ilustres Pares que compõem esta Augusta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 24/06/85.

(a) PAULO FURIATTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja enviado Telex ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, Pedro

Simon; e Presidente do Instituto Brasileiro do Café -IBC-, Karlos Richbieter, solicitando a majoração do preço mínimo do café a Cr\$ 600.000 (Seiscentos mil cruzeiros) a saca de 60 quilos.

Sala das Sessões, em 24/06/85.

(a) DIRCEU MANFRINATO.

JUSTIFICATIVA:

Comparando-se o preço do café nos anos anteriores, o mesmo encontra-se defasado, sendo que este preço mínimo viria amenizar o problema da cafeicultura paranaense, bem como do País.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER seja oficiado aos Senhores Governador do Estado e Secretário dos Transportes, solicitando que seja dado início às obras da Rodovia que constitui o ANEL EXTERNO DE CONTORNO NORTE, conforme mapa em anexo.

Sala das Sessões, em 24/06/85.

(a) ACIR MEZZADRI.

JUSTIFICATIVA:

A construção do Anel Rodoviário Externo de Contorno Norte, que integra o planejamento do sistema viário básico da Região Metropolitana de Curitiba (cujo projeto data de 1977), tem como objetivo principal a interligação dos Municípios de Campina Grande do Sul, Colombo, Almirante Tamandaré e Campo Largo.

Além deste, a implantação dessa obra concorrerá para a solução de problemas críticos da Região, conforme depreende-se da explicitação a seguir:

a) cumpre importante papel na estratégia de desenvolvimento regional, propiciando a integração sócio-econômica desses municípios.

O ramal viário fortalecerá o relacionamento dos municípios entre si, em detrimento de uma situação existente que faculta a vinculação destes somente com a cidade de Curitiba.

b) Implementa o sistema viário da Região Metropolitana, acionando o escoamento da produção regional, predominantemente originária da atividade extrativa mineral, ao mesmo tempo em que favorece o surgimento e desenvolvimento de indústrias de pequeno e médio porte ligadas ao setor.

c) Permite a canalização para a BR-277 e BR-116 do tráfego intenso de veículos pesados que transportam a produção extraída e/ou industrializada na região (cimento, calcário e cal).

Assim os caminhões que carregam o

cimento de Rio Branco do Sul, por exemplo, não necessitam para atingir a BR-277, atravessar as vias centrais da cidade de Curitiba. Dessa forma são acrescidos aos benefícios já enunciados a economia de tempo e combustível para os transportadores e o desafogo do tráfego pesado nas ruas do centro da cidade. Exemplificando: O tráfego da Rua Mateus Leme sofre congestionamento em virtude do número de caminhões oriundos da PR-092 (Rodovia dos Minérios) que escoam o cimento de Rio Branco do Sul. Da mesma forma a Avenida Paraná suporta intenso movimento de caminhões oriundos da PR-417 (Estrada de Colombo).

O quadro abaixo demonstra o fluxo intenso de veículos nas rodovias de acesso a Curitiba que, na situação viária atual trafegam pelo centro da cidade.

Volume Médio	Rodovia	Rodovia
Diário Anual	PR-092	PR-417
CAMINHÕES	2.400 V/D	1.360 V/D
ÔNIBUS	145 V/D	194 V/D
AUTOMÓVEIS	1.700 V/D	870 V/D

Fonte: D.E.R. - GEIPOT - CUMEC - 1984

O acima exposto evidencia o grau de importância da obra em pauta, permitindo-nos, a apresentação deste requerimento, para o qual pedimos o apoio dos nobres Pares.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação encarecendo a liberação de materiais esportivos para todos os estabelecimentos de ensino existentes na Municipalidade de Moreira Sales.

Conforme relação contida em anexo ao presente requerimento, há a real necessidade de dotar os educandários daquela cidade de melhores condições a nível de materiais esportivos. Já que, atualmente, existe carência de vários deles. As informações são prestadas pelo jovem Lauri Pedro Pettenon. Como Presidente da recém criada União Municipal dos Estudantes de 1.º e 2.º graus de Moreira Sales (UMEMS) a referida pessoa informa ainda que o envio dos materiais esportivos deve se dar o mais breve possível, tendo em vista que aquela entidade de representação do conjunto dos estudantes, pretende, em conjunto com as escolas, desenvolver jogos esportivos.

Fora de qualquer dúvida, trata-se de uma justa reivindicação. Deste modo, espera-se da Secretaria de Estado da

Educação o encaminhamento correto, atendendo o que ora é pretendido.
Sala das Sessões, em 24/06/85.
(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes encarecendo o alargamento e demais benfeitorias na estrada que interliga a Municipalidade de Nova Cantu a Municipalidade de Campo Mourão.

Como importante via de interligação especialmente utilizada por trabalhadores e proprietários rurais que lá se encontram no exercício de suas atividades, o trecho do Rio Tricolor é onde se verificam os maiores problemas, exatamente pelo fato de que naquele mesmo ponto a estrada é bastante estreita, além de que está com uma série de buracos e demoramentos.

Neste sentido, face ao exposto, aguarda-se daquela Pasta um pronunciamento favorável com relação ao assunto, determinando a recuperação e alargamento da referida estrada.

Sala das Sessões, em 24/06/85.
(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte no sentido de que, mediante a disponibilidade de recursos, determine a liberação de verbas para a construção de uma quadra de esportes para a localidade de Silviolândia, pertencente a Municipalidade de Peabiru.

A construção de uma quadra de esportes se faz necessário, tendo em vista que na localidade de Silviolândia muitos são os jovens que estão privados da prática esportiva. A constatação é feita pelo Excelentíssimo Senhor Abel de Oliveira. Integrante do Poder Legislativo Peabiruense, o referido Nobre Vereador considera importantíssimo dotar Silviolândia de um local onde se possa desenvolver várias modalidades, tanto a nível competitivo como apenas de lazer.

Neste sentido, a participação da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte é indispensável. Deste modo, espera-se o pronto atendimento do que ora é reivindicado, ou seja, a liberação de

recursos.

Sala das Sessões, em 24/06/85.
(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte encarecendo a liberação de materiais esportivos para a Municipalidade de Quinta do Sol.

O esporte atualmente desenvolvido no Município de Quinta do Sol passa por algumas dificuldades. Especialmente com relação a falta de materiais esportivos que possam atender as modalidades existentes, assim como estimular o exercício de muitas outras.

A constatação é feita pelo Excelentíssimo Senhor Eduardo Viana Pereira. Na qualidade de integrante do Poder Legislativo daquela cidade, o Nobre Vereador tem recebido muitas sugestões no sentido de proporcionar maior apoio ao setor.

Face ao exposto espera-se dessa pasta, após estudos devidos, a liberação de materiais esportivos afim de atender especialmente a juventude daquela progressista cidade.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1985.
(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes objetivando a realização de estudos no sentido de determinar o desvio da PR 239 no seu trecho que cruza o perímetro urbano da Municipalidade de Roncador.

A Câmara Municipal de Vereadores de Roncador reuniu-se recentemente. Entre muitas questões de grandiosa importância, uma se destacou com relação ao setor de transportes. Diz respeito a PR 239. Esta rodovia, que num sentido liga Roncador a Iretama e do outro Nova Cantu, justamente por ligar estes dois outros importantes Municípios, apresenta um fluxo muito numeroso de veículos. Estes mesmos carros quando chegam em Roncador, têm que cruzar o centro da cidade, fazendo com que tal deslocamento represente perigo para as pessoas que transitam na cidade estando constantemente ameaçadas, quanto à integridade de suas vidas.

Como proposta daquele Poder Legislativo, foi apresentado na mesma oportunidade em que o mesmo se reunia, Requerimento de iniciativa do Excelentíssimo Senhor Leuco Kovalek, sugerindo a essa Pasta estudos visando tirar o tráfego da rodovia dentro da cidade, construindo um desvio.

Fora de qualquer dúvida, a presente reivindicação é perfeitamente justa. Neste sentido, espera-se o encaminhamento de medidas, o mais breve possível.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social no sentido da realização de estudos visando implantar na Municipalidade de Sertãoópolis programa de fluoretação.

A ser implantado através da rede de água distribuída à população, o programa de fluoretação visa atender sobretudo as crianças que estão em idade pré ou escolar, evitando, neste sentido, com o seu uso, o aparecimento de inúmeras cáries. Ademais o referido programa proposto permitirá a sua integração com vários outros já em execução dentro do setor de saúde em Sertãoópolis.

Diante da exposição de motivos, espera-se dessa Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social que desenvolva estudos neste sentido, e que dos mesmos parta a decisão de se implantar o programa de fluoretação, o mais breve possível.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública no sentido de implantação de um pelotão da polícia militar na Municipalidade de Ubiratã.

A iniciativa da presente reivindicação é fruto de debates entre lideranças daquela cidade. Dentre estas pessoas, destacam-se os Ilustres Senhores Carlos Alves e Antônio Santo Graff.

A criação e instalação de um batalhão da polícia militar em Ubiratã tem como objetivo principal garantir maior segurança e tranquilidade ao conjunto.

Deste modo, face ao exposto, é de se esperar dessa Pasta um pronunciamento favorável à presente solicitação que é, sem dúvida alguma, das mais importantes, não somente para Ubiratã como para a região.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior no intuito da liberação de tubos a serem utilizados no combate à erosão na Municipalidade de Araruna.

Conforme correspondência contida em anexo, ao presente Requerimento, a Administração Municipal de Araruna, através do Excelentíssimo Senhor Osvaldo Valarini, prefeito, afirma ser de fundamental importância a destinação dos referidos tubos, uma vez que com os mesmos será possível adotar ações visando o combate à erosão, notadamente com respeito ao perímetro urbano.

Pelos motivos expostos, espera-se o pronto atendimento dessa Secretaria de Estado do Interior ao que ora é proposto.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

OF.n.º 070/85

Araruna, em 08 de maio de 1985.

Senhor Deputado:

Pelo presente, solicitamos de Vossa Excelência, em conseguir junto a SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR, 1.000 tubos de concreto, sendo 200 de 1,00m, 400 de 0,80cm, 300 de 0,60 cm e 100 de 0,40cm, para combate a erosão urbana desta cidade.

Na oportunidade de sermos atendidos, subscrevemo-nos com estima e real apreço.

Atenciosamente

(a) OSVALDO VALARINI
Prefeito Municipal

Exm.º SR.

DEPUTADO Rubens Bueno
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CURITIBA-PR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja enviado

ao Ministério do Interior, solicitação para a imediata reativação do Programa Especial do Oeste do Paraná- PRODOPAR, criado em 10 de março de 1975, para suprir essa região da necessária infra-estrutura para seu desenvolvimento e que, nos últimos anos, sem razões plausíveis, veio sendo desativado e desmerecendo dotações orçamentárias compatíveis.

Ao mesmo tempo, que seja solicitada ao Governo do Estado, a criação de uma Comissão Especial de Acompanhamento do PRODOPAR, encarregada de avaliar as realizações desse programa desde sua criação até hoje e de acompanhar o processo de reativação e de seu desenvolvimento, ora em diante.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1985.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

O Oeste do Paraná, é uma região que tem oferecido larga contribuição, ao peso dos sacrifícios significativos, ao desenvolvimento nacional. Não apenas pela generosidade de suas safras, que fazem essa região, de apenas 23 mil km², uma recordista de produtividade de alguns itens que tem permitido o bom desempenho das exportações brasileiras. Nem mesmo pela utilização intensiva de seu potencial energético, permitindo a construção de Usinas como Itaipu. Mas pelas perdas que esse tipo de doação tem implicado.

Com Itaipu foram-se boa parte de nossas melhores terras agricultáveis, a produção agrícola correspondente e o que isso significaria em termos de arrecadação. Mais grave, perdemos o braço e o suor de lavradores que há anos tinham se localizado na região e com seu esforço desbravaram a terra. Hoje, são parcela dos graves problemas sociais que herdamos. Também o tipo de modelo agrícola estimulado pelo governo central produziu prejuízos, seja na degradação dos recursos naturais, seja na degradação do tecido social, contribuindo para o rápido processo de concentração fundiária.

O Oeste do Paraná tem sido uma região caracterizada pelo despreendimento. A retribuição que merece nem de longe tem sido à altura. Continuamos no aguardo de soluções para problemas criados pela política geral de exploração da área. E vemos o Programa que significaria a retribuição merecida, minguar em importância e em orçamento, para chegar a este ano praticamente sem recursos disponíveis para aplicação.

O PRODOPAR surgiu da necessidade de que fosse criada na área do oeste do Paraná, que hoje congrega 26 municípios, a infra-estrutura necessária para que a região suportasse os impactos e os

prejuízos de um plano de exploração de seus recursos que foi estabelecido e aplicado a revelia da decisão de seus habitantes.

Mas nem esse programa já existe na prática. Ano a ano foi perdendo capacidade. E um dado muito importante: na época em que dispôs de recursos, teve imensa parcela de suas verbas drenadas para a aplicação em obras fora da região, fora do oeste do Paraná, utilizadas pelo Ministério dos Transportes para fazer obras que eram da única necessidade de Itaipu para o transporte dos equipamentos que instalou, recebidos através de Paranaguá. Entre 1975 e 1979, por exemplo, 86% dos recursos do PRODOPAR saíram do programa, repassados ao Ministério dos Transportes.

É justo que sob a égide de um novo governo, civil e comprometido em suas proposições de campanha com uma nova perspectiva de desenvolvimento, justa e incapaz de produzir deformações sobre economias regionais, como aconteceu com o oeste, retome sua força e importância. E que se faça a necessária avaliação do que foi aplicado até agora, para que se testemunhe que do Programa o Oeste ofereceu muito mais o nome e a justificativa, ficando os benefícios para a infra-estrutura de uma grande obra, Itaipu, cujos resultados, todos sabemos, não serão capitalizados pela região, nem mesmo pelo Paraná.

Mesmo quando aplicados na área, os recursos do PRODOPAR tiveram destinação quase exclusiva orientada pelas exigências de Itaipu, como as verbas destinadas a urbanização de Foz do Iguaçu. Toda a região se ressentiu das transformações operadas e da ausência de um programa específico para restaurar seus prejuízos. O PRODOPAR deve ser reativado, deve ser analisado, deve ser objeto de interesse de todos os paranaenses, como forma de ressarcir este Estado de alguns dos máximos prejuízos que sofreu nesses anos de desmandos e incúria administrativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhada correspondência ao Ministério da Agricultura e ao Ministério da Previdência e Assistência Social, solicitando que o percentual de 2,5% do FUNRURAL se aplique ao valor líquido e não ao valor bruto das operações realizadas por produtores rurais.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1985.

(a) MÁRIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

O proposto neste requerimento visa aliviar um pouco o já tão penalizado produtor rural. Da diferença entre o valor bruto e o valor líquido resultará uma sobra de recursos que permitirá ao produtor reinvestir na sua produção, aumentando com isso a geração de alimentos e a circulação de riquezas, além de fornecer ao homem do campo um estímulo maior ao desenvolvimento das suas atividades.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviada correspondência ao Senhor Governador José Richa e ao senhor Presidente da Copel, Ary Veloso de Queiroz, encaminhando cópia do expediente anexo e solicitando àquelas autoridades que enviem todos os esforços no sentido de que a construção da Usina de Salto Segredo seja realizada por empresas paranaenses.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1985.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O expediente, cuja cópia se refere este requerimento, foi por mim recebido trazendo a reivindicação de Federações Patrimoniais, Federações de Trabalhadores, Organizações Cooperativistas Agropecuárias com vistas a que a construção daquela importante obra seja delegada a empresa ou consórcio de empresas paranaenses, haja visto o aporte de considerável importância necessária à construção, com evidentes efeitos multiplicadores, não só na implantação do complexo, como também na sua operação, injetando recursos na economia estadual.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ministro da Previdência e Assistência Social, Dr. Waldir Pires, solicitando maior apoio técnico e financeiro através da FUNABEM para a implantação nas demais regiões do Paraná, do Projeto FUTURO, desenvolvido pioneiramente em Londrina.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

Com o apoio de órgãos do Governo do Estado e da representação no Paraná da FUNABEM, a Prefeitura do Município de Londrina vem desenvolvendo, desde janeiro deste ano, através da autarquia Municipal

de Esportes e Turismo /AMETUR, um projeto pioneiro de elevado alcance social.

Há menos de 6 meses de seu início e com custos extremamente reduzidos, o projeto já mudou a vida cotidiana de milhares de famílias londrinenses residentes nos bairros periféricos. Não só os jovens de 7 a 16 anos, a que se dirige prioritariamente o projeto, dispõem e participam hoje de atividades programadas na área desportiva mas igualmente seus familiares contam hoje com a possibilidade de lazer e entreterimento.

Recuperando áreas ociosas, especialmente quadras de esportes, propiciando a recreação e prática esportiva, incentivando o companherismo e as ações culturais, viabilizando o atendimento médico e dentário, o projeto FUTURO repercute hoje intensamente junto à juventude e às comunidades de bairro londrinenses.

A presença e participação organizada da população se dá através do atendimento e apoio às Associações de Moradores, que repartem com a municipalidade e reponsabilidade pelo andamento e aperfeiçoamento do projeto.

Hoje são 16 bairros e cerca de seis mil jovens que freqüentam com regularidade as atividades programadas. Isto a um custo estimado, até o final do projeto em 1985, de CR\$ 332.400.000, ou seja, muito menos do que a manutenção mensal de qualquer entidade assistencial de internamento de menores infratores.

Daí porque nos animamos a solicitar do Ministério da Previdência e Assistência Social uma avaliação criteriosa desta iniciativa pioneira da Prefeitura de Londrina e um apoio decisivo não só à continuidade do projeto mas inclusive à sua extensão a outras regiões do Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Doutor Luiz Cordoni Júnior, Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social do Paraná, solicitando prioridade total nas providências necessárias à assinatura do convênio de Ações Integradas de Saúde, entre INAMPS, SESB e Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura Municipal de Florianópolis mantém, em funcionamento há meses com extrema dificuldade, o Hospital Municipal de Santa Branca.

Embora atenda indistintamente

pacientes previdenciários ou não, o referido hospital só dispõe de um convênio a previdência Social nos moldes e modelo INAMPS/ rural. São cerca de três milhões de cruzeiros repassados mensalmente à instituição, insuficientes para as despesas que ocorrem.

Há meses que a administração municipal de Florestópolis, liderada pelo brilhante Prefeito Marcio Francisco de Souza, contando com o apoio integral da Câmara de Vereadores e da sociedade local, procura obter a extensão do convênio para o modelo INAMPS/urbano.

Lamentavelmente, as interferências de ordem político-partidária e mesmo técnico-burocráticas impediram esta legítima aspiração de Florestópolis.

Hoje, com a nova política de saúde e assistência médico-previdenciária adotada pelo Governo da Nova República, a definição por uma efetiva integração entre INAMPS, Secretários Estaduais de Saúde e Prefeituras Municipais passa a ser, após anos de luta das forças oposicionistas no campo da saúde, uma realidade em construção.

Registramos nesta oportunidade nossa solicitação, fazendo côro à aspiração da comunidade política e social de Florestópolis, para que se dê a máxima urgência na realização do convênio há muito aguardado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Secretários de Estado integrantes do Conselho Deliberativo de Pessoal/CDP, solicitando urgência na aprovação do quadro funcional do Instituto de Assistência ao Menor /IAM, bem como da proposta de readequação salarial dos funcionários do mesmo órgão.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

O IAM- Instituto de Assistência ao Menor é, seguramente, a herança mais distorcida que o atual Governo do Paraná recebeu do Governo anterior, no que diz respeito tanto à sua política pedagógica como em relação à sua estrutura funcional-administrativa.

Muitas providências foram tomadas no sentido de adequar o órgão às diretrizes do Governo José Richa. É reconhecido por todos os avanços significativos que o IAM vem imprimindo ao atendimento da questão do menor, colocando no passado o paternalismo e o aproveitamento político-eleitoral que o caracterizava.

A atual direção do IAM elaborou e

procura a aprovação, junto ao CDP, do seu quadro funcional. Da mesma forma, uma comissão, democraticamente constituída por representantes dos funcionários do órgão, elaborou uma proposta de readequação salarial que, igualmente, encontra-se na dependência da aprovação do CDP.

Sendo o IAM o órgão estadual que enfrenta hoje as mais graves e sérias distorções funcionais, manifestamos nesta oportunidade nossa apreensão de que os assuntos venham a ser tratados com a devida urgência.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente à Excelentíssima Senhora Professora Gilda Poli Rocha Loures, Secretária de Estado da Educação, solicitando aprovação do pedido de instalação, a partir de 86, do ensino de 2.º grau na Escola Estadual Érico Veríssimo, no Município de Cambé.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Cambé, especialmente sua área urbana, destaca-se entre os Municípios paranaenses como sendo um dos que apresenta maior crescimento demográfico nos últimos anos.

A Escola Estadual Érico Veríssimo, localizada numa área de elevada densidade populacional, apresenta condições físicas apropriadas para a expansão de suas atividades.

A direção da Escola, a Associação de Pais e Mestres e a Administração Municipal apresentaram à SEED solicitação no sentido de que, a partir de 86, seja autorizado o funcionamento do ensino de 2.º grau no referido estabelecimento escolar.

Por conhecermos a realidade sócio-educacional do município e da área, registramos já em diversas oportunidades nosso apoio à reivindicação.

No momento em que se aproxima o momento da decisão final por parte do Governo do Estado sobre quais solicitações atender, encarecemos a prioridade que deve ser conferida a esta em particular.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa do Paraná do editorial do Jornal Folha de São Paulo do último dia 20 de junho, com o título "Vergonha no Congresso"

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

Para evidenciar mais uma vez nosso inconformismo com a decisão da Mesa da Câmara dos Deputados em não anular a votação da regulamentação dos pleitos municipais de 85, de cujos resultados a suspeição de fraude tirou toda e qualquer credibilidade popular.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserida nos Anais da Casa, em sua íntegra a matéria publicada pelo jornal "Gazeta do Povo" na coluna "A vista de meu ponto", de autoria do jornalista e escritor José Wanderley Dias, com o título: "FAFÁ, O RINO E NÓS".

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1985.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, do expediente das entidades representativas da Agricultura, Indústria e Comércio do Paraná, a ele dirigido, contendo apelo para que se mobilizem esforços no sentido de que na construção da Hidrelétrica de Segredo sejam utilizados, ao máximo, os recursos materiais, empresariais e humanos disponíveis no Estado, dando-se ciência dos termos deste aos signatários do documento.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Durante o Projeto Litoral, quando em fevereiro se reuniram em Caiobá lideranças do Litoral paranaense com autoridades, num trabalho sério onde se buscou acima de tudo a solução global para os problemas da região, entre as diversas diretrizes traçadas, se levantou a questão de que a PARANATUR precisa ser dotada de maiores recursos orçamentários para que possa cumprir as finalidades.

O fortalecimento da PARANATUR e melhores atenções da EMBRATUR são vitais para que o Litoral possa efetivamente explorar turismo.

Ao presidir o Projeto Litoral, o diretor presidente da "Gazeta do Povo" e da TV Paranaense, Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, enfatizou que precisam ser tomadas medidas para que o Litoral tenha condições de atrair o

turismo durante o ano todo e não apenas durante o curto período de três meses. O Litoral tem muito mais do que o sol e o mar a oferecer aos turistas.

Mas, esse trabalho não pode ficar praticamente só com os Prefeitos dos municípios litorâneos que arcam mais com ônus do que com as vantagens resultantes da visita de milhares de veranistas durante a temporada. Em última análise as obras que são feitas para propiciar bem-estar aos turistas saem dos impostos pagos pela população local em detrimento de outras obras que os beneficiem.

Se advogamos o fortalecimento da PARANATUR, lembramos que o descaso com o turismo é geral neste País. Em recente pesquisa se chegou a conclusão de que o Brasil gasta cinco vezes menos na promoção do turismo do que os minúsculos países do Caribe ou treze vezes aquém do investimento que a Espanha realiza anualmente.

O turismo é a terceira "indústria" na geração de divisas do mundo. E o Brasil participa desse bolo com apenas 0,3 por cento.

No ano passado, segundo estimativa da EMBRATUR revelam que perto de um milhão e seiscentos mil turistas visitaram o Brasil, deixando aqui três bilhões de dólares.

Uruguaios, argentinos, norte-americanos, paraguaios e alemães lideram a lista da procedências, representando mais da metade de todo movimento receptivo brasileiro.

Nesse quadro, os uruguaios, argentinos paraguaios, são vizinhos nossos. Com um pouco mais de infra-estrutura e um programa promocional poderíamos dar incentivo para que os turistas destas nações amigas dessem preferência pelo nosso Estado, notadamente para o Litoral paranaense.

Além das nossas praias, fora da época da temporada, poderíamos desenvolver um programa por exemplo para a pesca no Litoral, notadamente em suas baías. Convém lembrar que o Presidente Alfredo Stroessner, do Paraguai, costumeiramente, vem passar alguns dias em Guaratuba. Como se nota, a proximidade geográfica e as belezas de nosso Litoral são por si um atrativo.

Portanto, Senhor Presidente, é preciso, além da infra-estrutura, um programa ousado seja implantado para que o turismo do Paraná não viva à sombra somente de Foz do Iguaçu e de Vila Velha, mas que se redescubra o Litoral.

Dentro deste contexto é necessário que se dêem condições para que a PARANATUR desencadeie esse processo, pois atrás disso virá a iniciativa privada - desde que tenha incentivos - e os próprios agentes de viagem.

Fortalecendo-se o turismo no Litoral, as Prefeituras terão maiores benefícios, o que resultará em melhorias

para toda a população da região, e o próprio Paraná sairá lucrando. É preciso romper a barreira da timidez dos paranaenses em ousar programas arrojados, a começar pelos nossos governantes".

É esta a matéria, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que queríamos submeter à apreciação dos Senhores Membros desta Casa. Porque é preciso, antes de mais nada, agilizar a Carta do Litoral, que foi muito bem conduzida e explanada no início deste ano. Esperamos que com a participação dos Senhores Deputados, principalmente aqueles que mantêm lideranças no litoral, possamos dar incumbência de um trabalho que não é nosso mas de toda Casa Legislativa do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estou encaminhando à Mesa um requerimento pedindo ao Ministério do Interior o imediato reavivamento do programa do PRODOPAR.

Nós, Deputados do Oeste do Paraná, quando em recente visita à Nova República, em Brasília, vimos estarrecidos de que um dos programas, um dos únicos programas que vinha a atender a Região Oeste do Paraná, pese o PRORURAL, pese o combate a erosão, e tantos outros programas, o Oeste do Paraná também foi contemplado com o programa chamado PRODOPAR.

Entretanto, máfia, que governava o País no Governo passado, além de nos roubar o território fértil que produzíamos soja, além de nos roubar o braço humano e o know-how de agricultores que tiveram que imigrar, além de infundos prejuízos trazidos por Itaipu, ainda ousou utilizar o programa destinado ao Oeste do Paraná - PRODOPAR - para facilitar ainda mais essa obra que vinha afogando a nossa região.

Foi assim, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o Oeste do Paraná que, embora tenha sido caracterizado pelo despreendimento, a retribuição que merece nem de longe tem sido à altura. Continuamos no aguardo de soluções para problemas criados pela política geral de exploração das áreas, e vemos o programa que significaria a retribuição merecida minguar em importância, em orçamento para chegar neste ano praticamente sem recursos disponíveis para aplicação.

O PRODOPAR surgiu da necessidade de que fosse criada na área do Oeste do Paraná, que hoje congrega 26 municípios, infra-estrutura necessária para que a região suportasse um impacto e os prejuízos de um plano de exploração de seus recursos hídricos, que é Itaipu, e que foi estabelecido e aplicada à revelia das decisões da população oestina.

Mas, nem esse programa já existe na prática, cada ano foi perdendo a sua capacidade de investimento. Por isso, é justo que, sob a égide de um novo Governo, civil e comprometido com as proposições de campanha, com uma nova perspectiva de desenvolvimento, justa, e incapaz de produzir deformações sobre economias regionais, como aconteceu com o Oeste do Estado, retome as suas forças e a sua importância e que se faça necessária a avaliação do que foi aplicado até agora para que se testemunhe que o Programa Oeste ofereceu muito mais o nome à justificativa, ficando os benefícios para infra-estrutura de uma grande obra que foi Itaipu, cujos resultados, todos sabemos, não serão capitalizados pela região, nem mesmo pelo Paraná como era desejo de todos os paranaenses.

Mesmo quando aplicados na área, os recursos do PRODOPAR tiveram destinação exclusiva orientada para a exigência de Itaipu como as verbas destinadas à urbanização de Foz do Iguaçu. Toda a região ressen-te-se das transformações operadas e da ausência de um programa específico para restaurar os seus prejuízos. O PRODOPAR deve ser reativado, deve ser analisado, deve ser objeto de interesse de todos os paranaenses como forma de ressarcir este Estado de alguns dos máximos prejuízos que sofreu nesses anos de desmandos em cunho administrativo.

Eis o nosso apelo, Senhor Presidente, através de requerimento desta Assembléia, de fazer chegar a voz do Paraná, reclamando o que é justo, que seja reativado o PRODOPAR, e seja reposto tudo que lhe foi desviado para construir a infra-estrutura de estradas para o transporte de cimento a Itaipu, bem como as turbinas.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. IPRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho à tribuna hoje para ler um ofício recebido das classes empresariais do Paraná e da Federação dos Trabalhadores, que se unem no sentido de que a construção da Usina de Salto Segredo, que está em fase de pré-qualificação das empresas, seja construída por empresas paranaenses.

Passo a ler, Senhor Presidente. (Lê):

"A economia paranaense receberá, dentro em breve, o influxo de significativos recursos, tendo em vista a construção da hidrelétrica de Salto Segredo.

São evidentes os efeitos multiplicadores que se estabelecerão em território paranaense, não somente aqueles que defluem da implantação de complexo de tal natureza quanto também os que decorrem de sua operação.

Dentre eles - considerados aqui os efeitos que derivam de sua instalação - podem ser citados:

- 1) - a geração de 3.500 empregos diretos e de 8.000 empregos indiretos para a execução das obras civis;
- 2) - a aquisição de materiais necessários à execução das obras civis dentro de seu mercado natural, que é o Estado do Paraná;
- 3) - a aquisição, igualmente em território paranaense, das máquinas, equipamentos e peças de reposição;
- 4) - a ampliação da receita tributária estadual decorrente da circulação dos recursos aplicados em mão-de-obra e no suprimento de materiais, máquinas, equipamentos e peças de reposição;
- 5) - a retenção, no Paraná, de ponderável valor dos investimentos de implantação, que poderá ser utilizado para reinversões dentro de sua própria economia.

Ao conhecimento de que serão aportados oitocentos milhões de dólares (US\$. 800 milhões) para a realização da obra, é possível, desde logo, projetar as repercussões sobre as atividades econômicas de nosso Estado, pressupondo-se a qualificação e a atribuição da tarefa de construí-la a empresa ou a consórcio de empresas paranaenses.

Reivindicar, portanto, para o Paraná e para a sua gente, os benefícios da implantação de um complexo dessa envergadura é dever institucional das entidades empresariais que subscrevem este documento e, nesta razão, dirigem respeitosamente um apelo a Vossa Excelência - na qualidade da representante do povo que aqui trabalha e habita no sentido de que, também do seu empenho, resultem maximizados os seus efeitos em nosso território, na medida em que qualificada, para a execução das obras, empresa ou consórcio de empresas paranaenses.

Eram as considerações e o pleito que se tinham.

Assinam este documento o Presidente da Federação da Agricultura do Paraná, Paulo Carneiro Ribeiro.

O Presidente da Federação das Associações Comerciais do Paraná, Carlos Alberto Pereira de Oliveira.

O Presidente da Federação do Comércio do Estado do Paraná, Renê Gomes Napoli.

O Presidente da Federação do Comércio Varejista do Paraná, George Christófis.

O Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, Altavir Zaniolo.

O Presidente da Organização das Cooperativas do Paraná, OCEPAR, Guntolf Van Kaick.

O Presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado do Paraná, Matias Alenor Martins.

O Presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Imobiliário do Estado do

Paraná, Aparecido de Souza.

E o Presidente da Federação dos Trabalhadores no Comércio do Estado do Paraná, José Roque da Silva.

É necessário que, juntamente com as classes empresariais, com a Federação dos Trabalhadores do Paraná, se some a nossa voz aqui na Assembléia Legislativa para que, efetivamente, este investimento de 800 milhões de dólares, para a construção da Usina de Salto Segredo seja viabilizada, através de empresas paranaenses, ou consórcio de empresas paranaenses; que foi a forma com que se pré-qualificaram, junto à COPEL, os pretendentes à construção desta importante obra em nosso Estado.

Portanto, fica aqui a nossa solidariedade a este movimento, o nosso apoio e o nosso engajamento, na luta para que os recursos à serem aplicados na Usina de Salto Segredo, o sejam por empresas paranaenses, para que aqui fiquem também não só o benefício da indústria, mas o benefício de sua própria produção.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Márcio Almeida, inscrito.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Para evidenciar mais uma vez, o nosso inconformismo, com a decisão da Mesa e da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, em não anular a votação da regulamentação dos pleitos municipais de 85, de cujos resultados a suspeição de fraude tirou toda e qualquer credibilidade popular, nós apresentamos para apreciação do Plenário, nesta tarde, o requerimento de transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, do Editorial da Folha de São Paulo, do último dia 20 de junho, sob o título VERGONHA NO CONGRESSO e assim, passamos a rememorar já que o assunto diz respeito e tem muito a ver com a ação legislativa, como um todo, inclusive dos Deputados Estaduais, embora não tenhamos participado daqueles episódios condenáveis na Câmara dos Deputados.

Diz o editorial, no seu início:

"Decidindo pela simples advertência por escrito, aos Deputados acusados de fraudar, votando duplamente a decisão da Câmara, com respeito a regulamentação dos pleitos municipais de 85, a Mesa da Câmara, não fez senão, timidamente traçar uma linha tênue entre o conhecimento dos graves fatos, que a comprometem como instituição, e um conivente assentimento, uma satisfação apenas formal à opinião pública, não anula apesar da suspeita que recobre o Legislativo como um todo, se a mais nada conduzirem as investigações da Comissão que deverá apurar o comprometimento dos Deputados surpreendidos na votação eletrônica.

A decisão política, entretanto, não pode depender de morosos e impalpáveis inquéritos, nem se interromper com a repressão brandiciosa e conciliadora, uma decisão e das mais importantes para a democracia, a de ser os dois turnos, deve ou não ser adotado nas eleições para Prefeito, vê-se comprometida, perde em respeitabilidade, desfaz-se de qualquer significado, anula-se e com ela a própria legitimidade de uma representação parlamentar que deve dispensar com o máximo vigor, o falso zelo daqueles que alegam ter votado a pedido dos ausentes, o argumento cândido de que testavam o aparelho da mesa vizinha e o confusãoismo geral das deliberações ilícitas".

E por aí adiante, segue o texto do editorial da Folha de São Paulo, que a exemplo de todos os demais órgãos da imprensa nacional e não só da imprensa, mas

das instituições democráticas deste País, acompanharam e até hoje se envergonham do episódio ocorrido quando da votação da regulamentação dos Prefeitos das Capitais na Câmara Federal.

Essa nossa solicitação, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de que o conjunto de Deputados da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, manifeste mais uma vez e dessa forma, através da transcrição nos Anais do referido editorial, para salvaguardar a tentativa que se faz, não só no Poder Legislativo, mas nas várias instituições, desse pedido de redemocratização da fase de transição por que passa o País e restabelecer o crédito e confiança do povo na política, nos políticos e nos partidos políticos, tentativa que inegavelmente sofreu um duro revés, quando desse último episódio.

Ao mesmo tempo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, anunciamos que iniciamos nesta manhã a consulta e a coleta de assinaturas junto aos Deputados Estaduais da Assembléia Legislativa do Paraná, a uma iniciativa de apresentar uma emenda à Constituição do Estado do Paraná, instituindo a eleição em dois turnos para Governador e Prefeitos do Paraná, a exemplo de iniciativa semelhante, que nestes dias ocorrem em outras Assembléias Legislativas do País, com uma fundamentação que esperamos poder desdobrar com mais profundidade quando da apresentação à Mesa da Assembléia desta emenda, provavelmente na próxima quarta-feira, nós esperamos contar com o apoio nessa fase de consulta e de coleta de assinaturas de apoiantes necessárias à apresentação de emendas constitucionais à Mesa da Assembléia.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Antônio Belinati, inscrito.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O BNH continua o mesmo BNH duramente criticado pelo PMDB ao longo de muitos anos.

O BNH encontrou, agora, um padrasto que parece estar movido por um grande ódio do povo brasileiro. E, desgraçadamente, o maior inimigo de cerca de quinze milhões de brasileiros, representados por três milhões de mutuários é exatamente a maior autoridade deste País, o Presidente José Sarney, que castigou o adquirente da casa própria com um aumento real de 280 por cento e não de 246 por cento, como foi anunciado pelo Presidente Sarney.

Isto porque, o mutuário vinha desfrutando de um bônus, que chegava à quase 30 por cento de desconto em sua prestação, e o aumento dado pelo Presidente Sarney, na prestação do BNH não é sobre o valor líquido da prestação, é sobre o valor bruto.

E o que é pior, o Presidente tão ferino, tão desumano, tão cruel, tão carrasco com os milhões de brasileiros que sonharam, durante anos, em ter a sua casa própria, queixa-se, agora, o Presidente, que ele foi mal compreendido.

Trago, Sr. Presidente, um exemplo, sobre os índices de reajuste para o BNH. O mutuário vai cair numa tapeação do Governo, pois ele está sendo ludibriado, está sendo aliciado pelo Presidente Sarney, para entrar no plano da semestralidade, que é para o Governo matar, de vez, o mutuário.

E, há pouco, fazia um cálculo, tomando por base a prestação da minha casa em Londrina, que, hoje, é de setecentos e setenta e nove mil, deduzindo o bônus, ela cai para 684 mil. Com o aumento de 112 %, se eu

optar pelo reajuste semestral, vou ter 112 % de aumento sobre os setecentos e setenta e novemil, e minha prestação de seiscentos e oitenta e quatro mil, vai para 1.651 milhões.

Mas, se eu optar por esse maldito, diabólico aumento de duzentos e quarenta e seis, ela vai para 1.916 milhões, que ainda é o melhor. Porque, se eu escolher o aumento semestral, a minha prestação vai, hoje, para 1.651 milhões, mas, daqui a seis meses, o Sr. Sarney que quer dinheiro para mordomias, para arrasar, para afundar o Brasil, a minha prestação de 1.651 milhões, terá mais 112 % de aumento, e ela irá, então, para 3 milhões, 632 mil cruzeiros.

Este é o Governo da Nova República que está com o "capeta", com o "diabo no corpo", que parece que quer tomar a casa do mutuário, quer para a indústria da construção civil para causar desempregos. Vai ser um abismo.

Por isso, Sr. Presidente, estou requerendo a Vossa Excelência que tão bem tem compreendido os dramas dos mutuários do Paraná; requeiro a Vossa Excelência a realização, sexta-feira agora, no plenarinho da Assembléia Legislativa, de um debate público sobre a casa própria, onde possam participar todos aqueles que direta ou indiretamente estão ligados aos problemas habitacionais no nosso Brasil. É uma pena que o Presidente Sarney seja tão desumano, tão incompreensível, e esteja com chicote batendo no mutuário.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Próximo orador inscrito, o Sr. Deputado Gabriel Manoel, que está com a palavra.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs.

Deputados, ilustre Bancada do PMDB, que representa o Senador Álvaro Dias. Neste momento, viemos cobrar a indicação do Superintendente do INPS, Dr. Delcino, homem processado. Onde está o Governo transparente de José Richa, que indica para Chefe Supremo do INPS, na velha-nova República, o Dr. Delcino. O homem que comprovadamente, de acordo com as instruções, de acordo com o que revela a falcaturia do INPS, do INAMPS, onde está a Bancada do PMDB para vir a esta tribuna e dizer a verdade sobre a indicação do ilustre cidadão Álvaro Dias, o homem que quer ser Governador do Estado, indica para o INAMPS um homem com a folha suja? Não foi necessário, Sr. Presidente, não foi necessário, Srs. Deputados, da nova e da velha República, que houvesse denúncias da nossa parte. Foi a falta de zelo do Senador Álvaro Dias, ao indicar, com o aval do Governador do Estado, um homem que está "sub-judice", um homem que está sob suspeita. E eu perguntaria onde estão os defensores da nova e da velha República? Onde está a Bancada do PMDB que não vem a esta tribuna para denunciar a verdade?

É um fato inusitante, Sr. Presidente, que nos causa espécie. Onde estão os homens que representam o Norte Pioneiro, ao indicar um homem que faz falcaturia em seu hospital. Talvez ele continue a ser indicado pelo Sr. Ministro, mais o PMDB, uma organização que se dizia transparente. Onde estão os 666 milhões de cruzeiros, do Ministério, para um hospital, que não tem, Sr. Presidente, a credencial necessária? Onde está a indicação, e queria defesa, Sr. Presidente, da Bancada dos homens que trouxeram a esperança ao Paraná? Dos homens, Sr. Presidente, que iriam acabar com os ratos, com os gatos,

e com a corrupção?

Estará "sub-judice", Sr. Presidente, o Dr. Delcino, indicado para o INAMPS?

Que vergonha! Que tragédia!

E o fato, Sr. Presidente, foi denunciado pela própria Bancada do PMDB onde estão os defensores dos indefensáveis? Onde está, Sr. Presidente, o Governo transparente, quando o Governador e o cidadão Álvaro Dias, impõem para o INAMPS um presidente? Onde estão os defensores do PMDB?

Aguardamos, Sr. Presidente, humildemente nesta tribuna; e que a corrupção não continue campeando no Governo José Richa.

Muito Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) No Grande

Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Furiatti, inscrito.

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna, hoje, debater com os Deputados, o assunto que vem mobilizando a opinião nacional, que é a Reforma Agrária. E é sobre a Reforma Agrária que iremos debater, e gostaríamos até que tivéssemos o aparte dos contrários, para que pudéssemos concluir alguns aspectos interessantes neste campo.

O mito de que a Reforma Agrária é um instrumento comunista, vem daqueles que, primeiro não têm conhecimento histórico do processo de Reforma Agrária. E, segundo, não devem conhecer com profundidade o sistema comunista; porque não há possibilidade de Reforma Agrária num sistema comunista, porque este sistema prevê a posse coletiva da terra. E a proposta do Governo, da Reforma Agrária, é na verdade, a transformação do Estado pré-feudal que se encontra a Nação Brasileira, com a transformação da distribuição da renda, e a criação de novos proprietários.

Portanto, a criação de escravos em novos capitalistas. A Reforma Agrária proposta pelo Governo é uma Reforma Agrária que tem como base o Estatuto da Terra, formulado em 1964, logo após o golpe militar em que, o regime autoritário precisava dar algumas respostas à sociedade brasileira, que estava carente de reformas, e encontrou uma fórmula e estabeleceu o Estatuto da Terra.

Porém, Estatuto da Terra, que por força do regime da ditadura, apoiado nos latifundiários, nos banqueiros e nos generais, não aplicou o Estatuto da Terra, mas sim, aplicou uma política agrícola, que foi o inverso do que se previa no processo.

A polêmica que se trata em relação à Reforma Agrária, se baseia fundamentalmente, que divisão da terra é divisão do poder; e aqueles brasileiros que hoje contestam a Reforma Agrária, é porque estão tentando, de todas as maneiras, conservar o "status quo", que o primeiro princípio há de alterar a Nova República.

A população brasileira, Sr. Presidente, Srs. Deputados temos hoje três grandes grupos neste País. temos os conservadores, aqueles que querem conservar os privilégios, em detrimento da miséria absoluta e total da maioria.

Temos aqueles que desejam as transformações; e nós temos a grande maioria, que se omite do processo da alteração da estrutura nacional.

O Governo quando estabelece um programa de Reforma Agrária, capitalista na sua essência, estabelece a Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, estabelece a justa distribuição da propriedade e estabelece a função social da propriedade.

Vinte e um anos de inoperância calculada pelo INCRA e posteriormente pelo Ministério de Assuntos Fundiários. Vinte e um anos de Reforma Agrária às avessas numa política agrícola que exauriu a população rural e estabeleceu o êxodo tremendo que encheu as grandes cidades e que é responsável pelo descalabro pela extrema dificuldade em que se encontra a população brasileira.

E, a Reforma Agrária é uma das propostas de reforma necessária para revitalizar o processo capitalista. Nos, agora, vamos entrar no processo de concentração fundiária, em detrimento da maioria miserável que não tem onde dormir, não tem onde comer, não tem onde trabalhar.

O Sr. Nelson Buffara - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Paulo Furiatti, na semana passada, um ilustre Deputado da sua bancada discutia o mesmo assunto dessa tribuna. Tive oportunidade de apartear-lo, evidentemente no pressuposto de prestar colaboração, o que eu faço com Vossa Excelência neste momento.

Nunca fui contestador da Reforma Agrária. Entendo, como sempre entendi, que ela é extremamente necessária para tranquilizar a família brasileira, no entanto, apesar de não ter um alqueire de terra, Deputado Paulo Furiatti, um alqueire de terra sequer, entendo que ela deva ser aplicada com mais parcimônia. Tanto é verdade, Deputado Furiatti, que os arautos do Governo Federal estão anunciando que a Reforma Agrária virá ocorrer com as seguintes observações.

Item 1º - A Reforma Agrária far-se-ia inicialmente com terras de propriedade do Governo.

Item 2º - Quando o Governo não tivesse mais terras para aplicar a Reforma Agrária, aplicaria nas terras improdutivas de particulares.

Item 3º - Nas terras produtivas também de particulares sempre pagando o justo valor pelas terras desapropriadas.

Ocorre que, por uma certa precipitação do Governo em anunciar a Reforma Agrária, o que ocorreu? Vossa Excelência é testemunha, ocorreu neste Estado e em todos os outros da Federação. Os "sem-terra" entenderam que deveriam marcar, ganhar espaço e daí invadir as terras, inclusive reservadas para programas habitacionais, o que gerou uma profunda confusão e uma controvérsia que não teve limitações e não teve limitações e não havia política que pudesse evitar que os "sem-terra" invadissem indiscriminadamente como invadiram.

Portando, o meu aparte a Vossa Excelência é de que o Governo está agora um pouco além, dois meses depois de ter anunciado a Reforma Agrária, a preocupação com as consequências que poderiam advir, como realmente ocorreu.

E, hoje, eu vejo com mais tranquilidade que o Governo Federal está interessado em tranquilizar os proprietários de terras, dizendo que eles vão ser

indenizados e impedindo que essas invasões causem celeuma e uma intranquilidade dentre todos os proprietários de terras que existem no nosso País.

Portanto, nunca fui contrário e realmente sou até favorável, mas que ela seja feita com mais cautela, com mais parcimônia, com mais cuidado Sr. Deputado Paulo Furiatti.

Obrigado.

O SR. PAULO FURIATTI - Agradeço o aparte do

nobre Deputado e com respeito a sua opinião, temos o Estatuto da Terra há vinte e um anos, e temos alguma pressa em fazer esse trabalho. Agora, Reforma Agrária, na medida que exista um plano de Governo e de responsabilidade com respeito a um direito de propriedade e a função social da terra que é importante, ela pode ser feita e nós vamos entrar em detalhes logo após.

Censo de 1980 - Áreas acima de mil hectares neste País - 1% dos proprietários detêm 45 % da área do território nacional.

Áreas com menos de 100 hectares na Nação Brasileira, 90 % do total de proprietários poderá deter 20 % apenas da área total. Há no entanto uma concentração, porque em 1967 os proprietários acima de mil hectares destinham 46 % da área e, hoje, detêm 58 %, em 1984; os proprietários com menos de cem hectares, destinham 18,7% e, hoje, detêm apenas, 14%. Temos hoje no Brasil, 10,5 milhões de trabalhadores rurais sem terra, e temos de latifúndio, 409 milhões de hectares, latifúndios improdutivos, latifúndios de terras não exploradas, latifúndios de terras não produtivas! E há, Srs. Deputados, uma confusão quando os latifundiários propõem Reforma Agrária, nas terras do Governo. É importante entender que são dois processos diferentes - colonização é ocupação de terras do Governo, terras em cidades ou em locais longínquos dos grandes centros, terras onde não existe estrada, terras onde não existe energia elétrica, terras onde não existe assistência e, então, se faz a colonização, levando estrada, levando energia elétrica, levando assistência; Reforma Agrária no entanto, é, exatamente, a distribuição da terra nos locais onde há energia elétrica, onde há estradas, onde há assistência, onde há a necessidade de se dividir a terra, terra esta no entanto, que, tem que ser iniciada pelo sistema improdutivo. No Paraná, dos 400.000 agricultores que temos hoje, num primeiro lance de Reforma Agrária eu afirmo aos Srs. Deputados, que, nós não temos mais que 1.000 grandes áreas de terra no Paraná, a serem desapropriadas - 1.000 latifúndios improdutivos no Paraná, que existem, mas nós temos 400.000 produtores. Portanto, eu não vejo como, 399.000 agricultores produtivos ficarem preocupados em que sejam desapropriados 1.000 latifúndios improdutivos; seriam 399.000 agricultores satisfeitos, tranquilos, porque estão tirando da terra o seu sustento.

O Estatuto da Terra define que, qualquer propriedade que esteja cumprindo a função social, terá inscrita no INCRA, não, fraudada, como existe hoje, propriedades agrícolas que não produzem um pé-de-couve, cadastradas no INCRA como empresas rurais! E imunes à Reforma Agrária! Mas, o Estatuto da Terra

define que, a propriedade definida como função social, qual seja, que tenha produtividade, que gere emprego e que tenha condições ecológicas de produção, cadastrada no INCRA como empresa rural, está imune a qualquer tipo de desapropriação, para a Reforma Agrária. A Reforma Agrária e hoje uma luta muito maior, entre, capitalistas mais inteligentes, e latifundiários que querem manter um processo de espoliação de Estado. Vamos admitir, Srs. Deputados, uma área num município de 10.000 alqueires improdutivo, 10.000 alqueires, cujo latifundiário deve comprar, por ano, duas televisões coloridas, deve comprar, por ano, quem sabe, um Mercedes Benz ou um Santana novo, deve comprar, por ano, quem sabe, três ou quatro pares de sapatos de cromo alemão; estabeleça, nessa propriedade improdutivo de 10.000 alqueires, 1.000 agricultores e dê condições de política agrícola com assistência, com crédito, com orientação comunitária para ver se nós, em dez dois ou três anos, não teremos, naquele município, não, a venda de um Mercedes Benz O Km. mas a venda, quem sabe, de 1.000 bicicletas ou 1.000 carroças; quem sabe, nós não teremos a venda, naquele município, de, três pares de sapatos de cromo alemão, mas teremos, sem dúvida, a venda de 1.000 pares de botinas? Quem sabe, nós não teremos, naquele município, três ou duas televisões coloridas, por ano, mas nós teremos, 1.000 televisões em preto e branco.

Portanto, o próprio comércio, inteligente, tem que apoiar a Reforma Agrária, porque sem ela, não haverá desenvolvimento.

Vamos fazer uma análise crítica e histórica do processo capitalista:

O que aconteceu no Japão, logo depois da guerra? O General Mc Arthur, que eu saiba não era comunista, foi ao Japão, desapropriou e estabeleceu o fim do regime feudal, e hoje, o Japão, com toda aquela pequena-quantidade de terras é um país dos mais desenvolvidos do mundo. O que não podemos continuar é com a reação não tentando alterar o "status quo" de mudança necessária.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós precisamos fazer uma análise mais profunda em não nos transformarmos em cavalo de batalha da minoria que quer manter o "status quo" e todas aqueles que não têm compreensão do que representa as mudanças sociais do País, saírem a torto e a direita, tentando modificar um processo que não existe. Concedo um aparte ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência falou no Japão, mas não falou em Cuba que está na falência. Vossa Excelência não falou na União Soviética que fez uma reforma agrária semelhante a essa que Vossa Excelência pede no Brasil. Vossa Excelência me perdoe, talvez queira lutar ao lado do povo que não tem televisão a cores, mas, 99 por cento dos Senhores Deputados e Vossa Excelência, têm televisão a cores e têm, Deputado, carro do último tipo.

Uma lei Deputado que Vossa Excelência prega: "Faça o que eu digo mas não faça o que eu faço". Vossa Excelência, pelo que sei, goza de um "status" Deputado, acima dos bóias-frias. Nós gozamos, porque se Vossa Excelência não é inadimplente do BNH, Vossa

Excelência tem um salário de acordo com os seus serviços.

Perguntaria dentro dos parâmetros desta Assembléia, como Vossa Excelência prega a derrota das elites, se Vossa Excelência faz parte deste complexo, Deputado? Não me diga, Deputado, Vossa Excelência não tem televisão a cores? Vossa Excelência não usa sapatos de cromo alemão? Vossa Excelência, Deputado, tem um ordenado que supera a dez milhões de cruzeiros, que será feito deste ordenado. Senhor Deputado, para Vossa Excelência vestir a máscara de camaleão e vir transformar-se em defesa da pátria dos homens que Vossa Excelência já devia estar registrado em seus partidos - que é Cuba e União Soviética? Vossa Excelência prega a revolução. Deputado, nós não vamos nos conformar porque Vossa Excelência tem em sua casa televisão a cores. Vossa Excelência anda de gravata e de terno de linho. Porque: "Faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço".

O SR. PAULO FURIATTI - Depois dessa brilhante explanação, descobri que a sua reforma agrária deve ser no Oceano Pacífico. Concedo aparte ao Senhor Deputado Mário Pereira.

O Sr. Mário Pereira - Deputado Paulo Furiatti, ouvi com atenção o seu discurso e o aparte dado pelo Deputado Nelson Buffara. E quero dizer que o Deputado Nelson Buffara que representa o Litoral paranaense, assim como o meu local de nascimento foi também na região do litoral, e eu imaginava que a posição do Deputado Nelson Buffara seria a favor da Reforma Agrária, e fiquei atento, escutando. E, evidentemente, realmente se posicionou favoravelmente. Porque nós que vivemos no litoral e já tivemos a oportunidade de viver no litoral, de conviver com o pescador, percebemos, que a migração; que o êxodo se dá no meio rural. Mas, aquele homem que mora no litoral teve ali o seu bisavô, o seu avô, o seu pai e não pensa em de lá sair. Porque o mar diferentemente da terra ainda não foi loteado. No litoral, não temos a figura do "bóia-fria", poderemos ter o latifundiário em paralelo correspondente lá no litoral, ao grande empresário de uma empresa de pesca. Ao pequeno proprietário, ao dono da baleeira e da rede, mas o "bóia-fria", o "sem-terra", esse enjeitado do meio rural lá não há, porque, no mínimo, ele tem a possibilidade de jogar uma linha com uma isca e fazer do mar o seu sustento.

Portanto, parablenizo-me também com o Deputado Nelson Buffara por ter essa visão, de que assim como o mar, a terra, antes de mais nada, tem que ter a sua função social.

Só quero fazer uma colocação bem rápida. É quanto a esta colocação que costumeiramente se faz, de que deve ser propiciado ao agricultor sem-terra, terra exatamente no local onde ele se encontra. Mas, contra isso quero colocar uma questão, Deputado Furiatti, de que se pegando um avião, obrevoadando-se o Oeste do Paraná, veremos que poucas terras existem ainda não em regime de produção, praticamente todo o Oeste do Paraná está produzindo. Não é possível, não há possibilidade de desapropriar terras improdutivas por inexistência que possa colocar todo o pessoal "sem-terra". Mas, nós devemos estar atentos que quem lá hoje produz foi gente que saiu do seu local de origem, não foi dado terra ao agricultor do Oeste paranaense no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, ele foi lá, desbravou

sozinho o Oeste paranaense, ele lá se localizou fora dos seu "habitat" e hoje é a riqueza que é o Oeste paranaense. O que nós precisamos é dar condições àqueles que efetivamente não vão ter possibilidade de serem dadas terras a eles lá no Oeste, de dar condições melhores que tiveram os oestinos para que em outros locais possam desenvolver a sua terra, possam pôr em prática os seus conhecimentos.

Era essa a colocação que eu queria fazer.

Muito obrigado.

O SR. PAULO FURIATTI - Concedo o aparte ao Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Vossa Excelência continuará a falar no horário do PMDB porque o seu tempo já está esgotado, segundo o relógio?

O SR. PAULO FURIATTI - Consulto a Mesa se são 30 minutos ou 15 minutos?

Sr. Luiz Alberto Oliveira - Aliás, Vossa Excelência está no Grande Expediente e tem 30 minutos. Nobre Deputado Paulo Furiatti, Vossa Excelência traz realmente ao conhecimento da Casa um assunto momentoso, que é a Reforma Agrária, e parte de uma premissa que todos nós partimos: de que a propriedade deve ter sobretudo sua função social.

Essa postura de Vossa Excelência não diferente da postura das encíclicas papais desde a "Rerum Novarum" desde as mais modernas. E essa postura a favor da Reforma Agrária no País não é de hoje, mas vem já mais de cinquenta anos na Nação brasileira; e todos nós, que conhecemos a situação em que se encontra, especificamente, o Estado do Paraná, somos a favor da Reforma Agrária.

Mas, é preciso analisar alguns dados. O Paraná tem empobrecido. Na última década, o Paraná perdeu população. O Paraná, durante o Governo José Richa, elevou o número de "bóias-frias", segundo estatísticas insuspeitas do "Jornal do Brasil" de 450 mil "bóias-frias" para 800 mil. São dados que me valho de reportagem publicada no Jornal do Brasil há questão de dez dias atrás num trabalho de pesquisa feito pelo jornalista Bolognese.

Pois bem. Nós estamos a assistir o Governo do PMDB no Paraná há dois anos e meio. Estamos praticamente a onze meses do final do Governo José Richa, pois que ao se se sabe Sua Excelência renunciará ao Governo para disputar a eleição a Senador pelo Estado do Paraná.

E o que efetivamente o Governo tem feito? Qual é o custo da Reforma Agrária para o Paraná? Quantos sem-terra foram assentados no Paraná? E o que é que está por trás, nobre Deputado, dos acertos e dos entendimentos que o Governo do Estado tem feito com grandes proprietários rurais do Paraná?

Sabemos que na minha região do Sudoeste do Paraná encontram-se focos de tensões sociais alimentados pelo Senhor Euclides Scalco.

Pois bem. Nós estamos sabendo de que há uma negociação entre um grande grupo empresarial do Estado, e o INCRA e o ITC, para a desapropriação destas terras e para a revenda das mesmas aos sem-terras. Quais os outros negócios que o Governo do Estado tem promovido? O Governo do Estado tem recebido a que preço estas terras? Quais os tiver, os

que estão perdendo dívidas em dólares a troco de terras?

Estes são dados que talvez Vossa Excelência não os tenha. E, se os tiver, os terá de maneira oficiosa e não oficial. E creio que é isto que esta Casa precisa saber. Realmente o que o Governo José Richa tem feito em favor da Reforma Agrária que todos queremos, seja uma Reforma Agrária justa, seja uma Reforma Agrária que dê realmente condições aos sem-terras de trabalhar.

O SR. PAULO FURIATTI - Quero informar ao nobre

Deputado que o Governo do Estado não tem condições de implantar Reforma Agrária. O que o Governo do Estado até agora, foi tentar resolução dita pacífica para os problemas de terras. Enquanto não tivermos instrumento nacional do projeto de Reforma Agrária, para ser implantado com custos para o grande proprietário, sim senhor, porque este papo, esta balela de que a Reforma Agrária vai ser implantada com indenizações e preço de mercado, é conversa fiada, porque a sociedade brasileira não vai ter sustentação e não vai ter condições de sustentar qualquer processo destes. O processo tem que ser pelo Estatuto da Terra, que define desapropriação com 60 por cento de valor do mercado e pagamento em título da dívida agrária.

Este é o processo necessário para que consigamos desapropriar assentar trabalhadores. Senão, não haverá Reforma Agrária. Senão não haverá Brasil! Senão não haverá novas reformas. Porque as reformas todo o mundo é a favor, mas não sei como discutir reformas se aqueles que têm mais não entram no processo de distribuição. Porque aqueles que têm menos já estão contribuindo com a fome, já estão contribuindo com a morte, já estão contribuindo com o que não tem, para o desenvolvimento da Nação.

Está na hora daqueles que têm contribuir. Contribuam dentro do processo democrático, pacífico, e político. Porém, contribuam; porque não, haverá prosperidade, nesta situação do Brasil, se alguns não perderem. E os que tem que perder neste momento são aqueles que têm demais.

Não há diálogo entre aqueles que têm muito e aqueles que não tem nada! Não há conversa entre aqueles que têm tudo e aqueles que não tem nada. Portanto, cabe ao Estado, e ao Governo desenvolver uma política clara e concisa, de forma que todos possam pagar alguma coisa, para que possamos introduzir nesta Nação instrumentos políticos, econômicos e sociais, para que possamos sair deste mar de lama que estamos atolados.

O Sr. Gernote Kirinus - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, gostaria de parabenizá-lo pela sua posição e posicionamento. Queria fazer um comentário, entretanto gostaria de me limitar apenas a dizer, já que está exíguo o tempo, de que o Governador José Richa fez mais reassentamento no Paraná em dois anos, do que toda a Revolução de 1964, com o Estatuto da Terra, com o instrumento na mão, através do INCRA no Paraná.

O SR. PAULO FURIATTI - Para concluir, não adianta nada se falar em reforma, se falar em mudança de estrutura, se fazer discurso ao povo, se na hora do "vamos ver", se na hora que as coisas têm que acontecer, se na hora do conclusivo, iniciar o processo da elite, a

minoria absoluta deste País, e inviabilizar qualquer programa de reforma; seja Reforma Agrária, tributária, impostos, ou qualquer outro tipo de reforma necessária.

E hora de darmos sustentação, pelo menos os políticos que têm preocupação com o futuro deste País para uma Reforma Agrária na minha opinião amena, - amena até demais, porém necessária, para que consigamos descobrir os caminhos do desenvolvimento e da dignidade deste País.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - No Horário reservado às Lideranças, consulto a Liderança do PMDB, se deseja utilizar-se do seu horário.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Usará este horário o Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"A) - O caso das acusações, que pesam sobre o médico Delcino Tavares da Silva, indicado para a Superintendência do INAMPS do Paraná, reveste-se de uma seriedade ímpar.

Delcino é um homem de reputação ilibada, fato confirmado por todos os que privam de sua intimidade, e que não relutam em confirmá-lo como uma pessoa que é profunda conhecedora dos problemas que vêm afligindo a assistência médica, tanto a nível estadual como a nível nacional. Por diversos anos à frente do Hospital de Caridade São Vicente de Paula, no Município de Quatiguá, Delcino Tavares vem lutando por uma política assistencial mais justa, onde seja visado o interesse da população carente, e não o interesse de uma oligarquia que, após se ter locupletado dos dinheiros públicos, vem agora promover manobras que visam tão somente a continuidade do processo, fato que inevitavelmente seria interrompido se o acusado chegasse ao cargo de Superintendente regional.

B) - Tais acusações têm suas origens muito bem determinadas. Elas vêm de dentro do próprio INAMPS... Ela, vem do passado não muito longínquo, quando uma corporação se formou para fazer do INAMPS uma arma política eleitoral, diretamente dirigida para determinados políticos que durante quase vinte anos dominaram a política de empreguismo e de proteção aos seus apaniguados. São eles que ao anteverem a derrota final do grande LOBBY que montaram, assacam contra a dignidade dos que se aproximam, no afã maior de, ao denegrirem as imagens dos postulantes à direção do INAMPS, se perpetuarem nos cargos e nas posições políticas alcançadas através dos órgãos previdenciários.

C) - E o que é pior, diversos testemunhos do que aqui vai citado, podem corroborá-lo mas aqueles políticos/politiqueiros que pretendem a condição de continuísmo sabem como fazer para desestabilizar aos que têm a pretensão de imprimir uma condução honesta, que possa vir a resolver, ao menos em parte, uma situação que vem demonstrando a aparência de cronicidade.

E, é esta série de episódios que a sociedade paranaense deve denunciar, com todas as forças possíveis, a fim de que possamos, efetivamente, passar para um estágio mais desenvolvido, onde não tenham vez os descabros que

vêm sendo observados neste País.

D) - Segundo os detratores, o Hospital São Vicente de Paula cometeu fraude. Mas que fraude, Senhor Presidente Senhores Deputados? A de ter internado mais gente do que devia? ... Sim, a grande fraude denunciada não foi a de estar locupletando, e sim de ter internado além da autorização do INAMPS. Mas pergunta-se, por acaso o INAMPS pagou as vinte internações a mais? Segundo as declarações à imprensa, sabe-se que o INAMPS autorizou, por intermédio dos órgãos competentes, as internações, mas não as quitou. Então fica o questionamento: Onde está a fraude, se o próprio Instituto nem pagou os internamentos que ele mesmo autorizou! É dessa forma que se conduzem as coisas neste País. Juntamente com o aludido Hospital, mais noventa e seis outras instituições hospitalares tiveram suspensas suas contas, para serem submetidas a uma revisão de rotina pelo INAMPS, fato usual quando os hospitais superam o número de cotas. Porém, cabe também a pergunta: Qual o critério utilizado para estabelecer o número de cotas? Será que o INAMPS pode previamente definir quantas pessoas deverão ficar doentes, a fim de não ser ultrapassada a permissão do Instituto? Ou, conforme acontece, deve o hospital tratar de forma incompleta ao segurado, para que as cotas não sejam ultrapassadas?

E quem é que tem a condição prévia de estabelecer qual o tratamento necessário - o médico que está com o paciente a seu cuidado, ou algum funcionário que se encontra atrás de uma escrivaninha, quiçá em outro município?

E) - Portanto, as denúncias que fizeram ao médico Delcino Tavares da Silva, são oriundas do velho caciquismo que comanda o INAMPS paranaense por mais quinze anos. É o medo de ver desmantelada a rede eleitoral formada em benefício próprio dos dinheiros públicos. É o estertor final de uma ditadura médica que comandou, mas, que, certamente, não irá comandar mais.

E o medo é bem claro, pois Delcino Tavares, além de médico com especialidade em administração hospitalar, é profundo conhecedor da política, desenvolvida pelo INAMPS, e, determinará, comandará, pessoalmente, o término das grandes caixinhas dos laboratórios de análises dos hospitais e dos ambulatorios institucionais que viram escritórios eleitorais na épocas de campanha. Lutam contra a indicação do PMDB, lutam contra Delcino Tavares, simplesmente porque estes não aceitam a continuidade da sistemática pessoal implantada nos destinos da parte assistencial da Previdência Social".

Concedo o aparte ao Senhor Deputado Nelson Buffara.

O Sr. Nelson Buffara - Prezado Deputado, não conheço o Doutor Delcino, portanto não posso defendê-lo nem tão pouco acusá-lo, não obstante acusações sobre o Doutor Delcino, são noticiadas pela imprensa e eu achei muito salutar a medida do Ministro que resolveu obstar, resolveu a posse que seria hoje do Doutor Delcino, na Superintendência do INPS, a fim de que pudesse ser aprovada a sua inocência ou a sua culpabilidade e parece que o Senhor Ministro exige três condições básicas para respaldar a indicação desse ou daquele médico, probidade, competência e capacidade.

Sei que o Doutor Delcino deveria tomar posse hoje

é a sua posse foi protelada, a fim de que ele pudesse provar a sua inocência, mas acho que o PMDB, não sei se foi o Deputado Santinho Furtado, o autor, o responsável principal pela indicação do Doutor Delcino, e a imprensa, erroneamente, disse que tinha sido o Deputado Alencar Furtado. Mas, parece-me que foi o Deputado Santinho Furtado, que teria a prerrogativa de indicar o Superintendente do INPS no Paraná.

Mas, o meu aparte a Vossa Excelência é no sentido de de dizer que, Vossa Excelência como Deputado da região, Deputado Tadeu Lúcio Machado, está certo. Nada mais justo do que defender a indicação do Doutor Delcino.

O que eu acho é que, se não for provada, mas uma prova circunstancial, uma prova básica, da lisura com que ele agiu no passado, e da sua inocência das acusações que pesam sobre ele, deve-se evitar a posse do Doutor Delcino sob pena de macular-se os critérios básicos que norteiam os critérios do Senhor Ministro que é probidade, competência e capacidade.

Portanto, apenas esta advertência, e as observações que faço, no bom sentido, ilustre Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Só à guisa de informação, a indicação do médico Delcino Tavares da Silva, a nível de Bancada Federal, foi efetuada pelo Deputado Osvaldo Trevisan, e apoiada integralmente pela Bancada Federal, e com o aval da Bancada Estadual.

Quanto aos critérios do Excelentíssimo Senhor Ministro da Previdência Social, nós também concordamos com o Deputado Nelson Buffara. Realmente nós vivemos outros tempos neste País. E a medida adotada pelo Ministro mostra que, realmente, a Nova República está comprometida com a honestidade, com a decência, e, principalmente, com a probidade das pessoas que devam exercer cargos nesta nova fase da vida nacional.

Entretanto, nobre Deputado, assumimos a tribuna, na tarde de hoje, evidentemente, para esclarecer alguns fatos, de que pessoas ligadas ao INAMPS durante estes vinte e um anos de causa e de obscurantismo, fazem tudo para se perpetuarem, e para garantir os seus cargos eletivos, tentando desta forma, denegrir a imagem, a figura de um homem sério e decente como Delcino Tavares da Silva.

Portanto, Senhor Presidente e eminentes Senhores Deputados, é de se lamentar que movimentos que não se identificam, que movimentos que não tem a dignidade de, pelo menos, dizer quem é que faz denúncias levianas contra um homem que tem um passado a preservar, contra um homem que se formou com lutas e sacrifício, que conquistou todas as posições em sua vida, com dignidade, com probidade, e com decência.

Concedo, pela Ordem, aparte ao nobre Deputado Márcio Almeida.

O Sr. Márcio Almeida - Agradeço ao nobre Senhor Deputado, demais companheiros da Assembléia Legislativa do Paraná, lamentavelmente este episódio traz consequências que colocam em risco, não somente a respeitabilidade do Doutor Delcino Tavares da Silva, mas traz o risco de se permanecer no Paraná, especificamente, já que o episódio aqui se dá, a imagem, permanecer a imagem de desmazelo,

de falta de critérios na condução dos assuntos da Previdência Social.

É inegável, nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, que a Previdência Social Brasileira é hoje uma das instituições mais desgastadas perante a opinião pública brasileira.

O esforço que o Ministro Waldir Pires vem fazendo, juntamente com os Presidentes dos Institutos, seja no INAMPS, na pessoa do Doutor Ezio Cordeiro, no LAPAS, na pessoa do ex-Deputado Paulo Vacarine, da FUNABEN e do INPS, no sentido de que a nomeação, e mais do que a nomeações dos diretores da Superintendência e dos demais cargos administrativos da Presidência, mas não só nas direções, mas das políticas setoriais, que hoje sim, passam por uma profunda reformulação. E decisão da semana passada, do Ministro Waldir Pires, de finalmente descentralizar, delegar poderes de fato, às Superintendências Regionais, eliminando em boa parte a burocracia, a papelada que ainda hoje predomina na tramitação dos processos, venha a ter fim.

A nossa palavra, nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, é de integral apoio e solidariedade às suas argumentações, ao seu enérgico protesto contra as denúncias anônimas que a imprensa ventilou.

Gostaríamos de que, a exemplo de Vossa Excelência, os autores dessas denúncias, tivessem a coragem de, de público, apresentar seus argumentos e suas provas. Tenho certeza, que tanto o Doutor Delcino Tavares da Silva, a quem conhecemos, como também o próprio Ministério da Previdência, e a Superintendência do INAMPS, no Rio de Janeiro, trará, nos próximos dias, o estudo, que a pedido do próprio Doutor Delcino, foi dado início no Gabinete da Presidência do INAMPS no Rio de Janeiro. Era esta a nossa solidariedade integral ao seu pronunciamento, nesta tarde.

Muito obrigado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Eu agradeço o aparte do nobre Deputado Márcio Almeida, e está caracterizando, realmente, que esta denúncia parte do velho caciquismo que dominou a Previdência no Paraná, durante estes longos anos, e que não se conformam de perder uma potente e importante máquina eleitoreira que é a Previdência Social, no Paraná, que durante todos estes anos foi usada para eleger vários Deputados ao longo do tempo. E o que é de estarrecer, é que eu tenho uma certidão, assinada pela então Superintendente do Paraná, Senhora Ana Luíza C. Volquin? Superintendente Regional, em último tópico ela informa, "informamos ainda, não existir registro de inquérito administrativo, envolvendo o Hospital de Caridade São Vicente de Paula, ou seu Diretor Clínico, Doutor Delcino Tavares da Silva".

É lamentável, que no mês de maio não havia denúncia, depois de efetivada a nomeação do médico Delcino Tavares, partiu a denúncia, que ninguém sabe da onde, porque os denunciantes não tiveram, sequer, a dignidade de se identificar. Eu ouço, com prazer, o nobre Deputado Ferrari Júnior.

O Sr. Ferrari Júnior - Nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, indago de Vossa Excelência se o ilustre Doutor Delcino, ele é um homem cuja filosofia de vida, de trabalho, e política, afina-se com a filosofia do PMDB, é a pergunta.

Claro que sim, é a resposta. Está muito claro Excelência que, neste Governo que se instalou no País, quem está efetivamente atuando e mandando, não é o PMDB. Os homens que estão realmente dando as cartas no Governo da Nova República são os mesmos homens que infelicitaram a Nação brasileira, ao longo de duros e violentos vinte anos.

Então, eu não vejo com surpresa, agora, quando Vossa Excelência confirma que o Doutor Delcino é um peemedebista, é um companheiro, eu não vejo com surpresa alguma essa máfia que desgraçou o Brasil, e que está aí buscando posições, ela está a perseguir um companheiro do PMDB.

E, ao finalizar eu lhe digo, no Estado do Paraná, onde temos um Ney Braga a comandar a Itaipu Binacional, o que é que Vossa Excelência pode esperar?

Muito obrigado.

O Sr. Antônio Belinati - Pela Ordem, Senhor Presidente.
Assentimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa que está encerrado ...

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Deputado Antônio Belinati.

O Sr. Antônio Belinati - No Horário da Liderança do PDT, concedo a Vossa Excelência quinze minutos para conclusão do seu pronunciamento.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Agradeço ao nobre Deputado Antônio Belinati, por conceder os quinze minutos da Liderança do PDT, para que nós pudéssemos usá-lo, e agradecemos também à Mesa da Assembléia através do ilustre Presidente Deputado Anibal Khury, e concedo com satisfação o aparte ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Quero, nesta oportunidade, parabenizar, Vossa Excelência, Deputado Tadeu Lúcio Machado; Vossa Excelência numa defesa, nesta tarde, muito justa. Justa porque sentimos e acompanhamos as denúncias formuladas ao Doutor Delcino Tavares da Silva, e observamos que isto não passa apenas de calúnias, de posicionamentos políticos de bastidores, de pessoas que não estão satisfeitas evidentemente: com esta indicação. E ressaltamos ainda, quando, aqui, se dá o nome do ilustre e brilhante Senador do Paraná, Álvaro Dias, moço que conhecemos em toda a sua jornada política, desde que iniciou a sua vida pública na cidade de Londrina, tem dado um exemplo de dignidade, na sua conduta política, no Paraná, e no Brasil, inteiro.

Sabemos que a conduta do Senador Álvaro Dias, jamais seria de indicar pessoas que estão hoje comprometidas com a corrupção, processadas; sabemos que isto não é índole do Senador Álvaro Dias, e muito menos do Governador José Richa.

Parabenizo Vossa Excelência, e acredito tranqüilamente na inocência desse ilustre médico, que teremos certeza, que ao clarear esses fatos, a sua honestidade.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Agradeço o aparte, e quero

também aproveitar e agradecer o aparte do Deputado Ferrari Júnior.

Lamentavelmente, e talvez o grande defeito do médico Delcino Tavares da Silva, é de ser um homem integrado ao MDB, e hoje ao PMDB, um homem compromissado em fazer valer a Nova República, em fazer valer a dignidade, a honestidade, a decência, e talvez, por isto esse, grupo não identificado, esteja preocupado que ele tome posse na Superintendência Regional. Lamento, nobres Deputados, que somando a este grupo pessoas sem qualquer conhecimento da área, inocentes úteis, leigos no assunto na área de previdência, com a única preocupação de participar de todas as discussões, jogam também acusações levianas a um homem cuja dignidade, Senhor Presidente, pode ser conhecida através de longa folha de serviço.

O SR. GABRIEL MANOEL - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela Ordem, com a palavra o Senhor Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente a nossa pessoa foi atingida pelo ilustre Deputado Tadeu Lúcio Machado. Quem falou, Senhor Presidente, não fomos nós, não fazemos parte do grupo massabemos que a palavra ...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não procede a questão de ordem de Vossa Excelência. Nobre Deputado Gabriel Manoel, continua com a palavra o Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Lamentamos que estes inocentes úteis, usem às vezes de armas ...
(Tumulto generalizado).
(Tímpanos).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está suspensa a sessão por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está reaberta a sessão. Com a palavra o Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Dizíamos nós, quando a turbulência tomou conta desta sessão legislativa, que grupos que não têm a dignidade de se identificar, que não têm a coragem de dizer de onde vêm, que sabem somente que terão um sério e irreparável prejuízo, está interessado em denegrir a dignidade de um homem cujo passado nós conhecemos. Sabemos o quanto é duro para os homens que durante vinte anos detiveram o poder sem ter que prestar contas a quem quer que seja e de um momento para outro, com a instalação da Nova República têm que prestar contas à opinião pública.

Sabemos o quanto é difícil para os caciques da Previdência Nacional que usaram ao longo deste tempo a máquina administrativa do INAMPS para conseguir os seus votos; quanto é duro e quanto é difícil perder a vaca que dava leite sem

interrupção.

Mas vêm em Delcino Tavares e há porque ser aprovada a sua honestidade, voltará porque é um homem com compromisso democrático e que nunca pertenceu a camarilha que se instalou no INAMPS desde 1964.

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Tadeu Lúcio Machado, eu creio, para nós nos entendermos nesta Casa, eu faria uma colocação no seu pronunciamento, entendendo que Vossa Excelência quando se refere as pessoas que tentaram macular o nome do médico Delcino Tavares, está se referindo as pessoas que perante o Ministro levaram denúncias que não são verdadeiras, e não do Parlamento desta Casa, e não dos políticos estaduais do PMDB que não tiveram participação alguma neste episódio.

Defende Vossa Excelência um direito que todos nós defendemos, e que não se venha macular a honra de uma pessoa antes da comprovação de fatos. Defende Vossa Excelência o direito de que um homem indicado após criterioso estudo pela Bancada Federal inteira de nosso partido, com o aval do partido, seja acusado por pessoas e grupos externos a esta Casa por fatos que não cometeu.

E eu aproveito para sugerir a Vossa Excelência que requeira desta Casa o pronunciamento que Vossa Excelência está fazendo, com os apartes que ele mereceu, de solidariedade a pessoa do médico Delcino Tavares e que encaminhe cópia deste pronunciamento as autoridades competentes do sistema previdenciário como reforço de postura de políticos paranaenses que não admitem e não vão admitir mais que pessoas sejam maculadas na sua honra pelo simples fato da indicação do cargo. Todos nós queremos a recuperação da Previdência e sabemos, nobre Deputado, que a figura deste médico, honrado, trabalhador, que tem feito o contrário do que muita gente faz, não se limitando ao número de internamentos de um hospital, é a pessoa certa neste momento de transformação.

Então, para que nós nos entendamos aqui nesta Casa, com respeito ao seu pronunciamento, vejo-me na obrigação de colocar que quando Vossa Excelência fala em camarilha, fala exatamente para aqueles que tentaram torpedear perante o Ministro a figura de Delcino, e não, a participação dos Deputados Estaduais da nossa Casa, que nada têm a ver com isso. Quero aqui me parabenizar com o seu pronunciamento, dizendo de que acredito na honestidade desse médico, acredito na sua competência e acredito que, o reexame a ser feito pelo Ministro, haverá de mostrar que a indicação foi correta, e o Paraná terá,

nessa Superintendência, um grande aval, em benefício do segurado da Previdência.

Parabéns!

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Agradeço o aparte de Vossa Excelência e, evidentemente acataremos a sugestão de Vossa Excelência, requerendo da Casa as notas taquigráficas para envio às autoridades previdenciárias do País.

O Sr. Nestor Baptista - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, quero dizer a Vossa Excelência que não conheço o indicado para o INAMPS no Paraná, Delcino Tavares, mas ao mesmo tempo dizer que, só posso endossar as palavras de Vossa Excelência, por conhecê-lo já com bastante profundidade, conhecê-lo já há bastante tempo. Ao mesmo tempo, contudo, não podemos condenar, de maneira alguma, a medida tomada pelo Ministro Waldir Pires, Ministro do PMDB, de verdade, e que toma apenas uma medida, para tentar evitar que seja indicado um cidadão que possa levar algum problema, para o INAMPS - que nós já estamos entendendo, não é o caso do médico Delcino Tavares. Mas nós temos uma culpa muito grande, Deputado Tadeu Lúcio Machado, porque, hoje, o nosso partido está virando estuário do lixo que esteve, ao longo de todo este tempo, mandando no Brasil e mandando no Paraná! Muitos deixaram este partido e hoje estão querendo voltar, para mandar no Paraná. E a nossa culpa aumenta, nobre Deputado, quando tivemos, aqui nesta Casa uma CPI contra a Corrupção no Paraná, e até agora não vi nada dessa CPI, que apontou um monte de malandros que, hoje estão se agarrando ao Poder! A culpa é nossa, nobre Deputado, a culpa é do PMDB, que assumiu compromissos enormes no palanque, que desrespeitou o seu Programa e que, hoje, permite que estejam, ao lado de gente séria, muitos malandros, que não querem largar a "gorda teta" do Governo. Esta é a grande realidade, nobre Deputado. Os anônios que estão aí tentando denegrir a imagem do doutor Delcino, quero acreditar, são os mesmos que estão cumprimentando todos os dias o doutor Delcino - não tenho a menor dúvida - dizendo, "que pecado cometido contra o senhor, doutor, mas que barbaridade!" Na realidade, eles mesmos acabaram, e, nós do PMDB, estamos nos enganando com muita gente que, malandramente, quer se garantir nas eleições.

A culpa é nossa, nobre Deputado, por termos assumido o Governo em 1982, e não termos feito a limpa preconizada no palanque.

Há pouco ouvi ainda, o pronunciamento do Deputado Paulo Furiatti - o povo está cansado de "conversa fiada", de

"lenga-lenga", não adianta só falar bonito na Reforma Agrária, não adianta somente falar, Deputado, que há a fraude e, quando se apura a fraude, ninguém vai para a cadeia. O Paraná estaria hoje, com poucas cadeias, para receber tanto malandro que, ao longo dos últimos 20 anos "arpontou" na cabeça do povo paranaense.

Por isso eu quero cumprimentá-lo, Senhor Deputado!

O SR.TADEU LÚCIO MACHADO - Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Está bem claro que é o medo, pois o médico Delcino Tavares da Silva, além de médico com especialidade em Administração Hospitalar, é profundo conhecedor da política desenvolvida pelo INAMPS e determinará, comandará pessoalmente o término das grandes "caixinhas" dos laboratórios de análise dos hospitais e dos ambulatorios institucionais, que viram escritórios eleitorais, na época de campanha.

Lutam contra a indicação do PMDB, contra o médico Delcino Tavares simplesmente porque, estes, não aceitam a continuidade da sistemática pessoal implantada nos destinos de parte assistencial da Previdência.

Obrigado, Senhor Presidente, obrigado, Senhores Deputados.

(Sem revisão do orador).

O SR.PRESIDENTE (Anibal L. Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Gilberto Carvalho, no horário do PFL.

O SR.GILBERTO CARVALHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dois assuntos trazem-me à tribuna hoje. Há bem pouco tempo, a Frente Liberal era criticada por uma carta comunicando aos Prefeitos da área de segurança nacional, sobre o posicionamento do Senhor Presidente da República. Nós fomos criticados de que estava havendo uma pressão aos Prefeitos. Trago agora ao conhecimento da Casa, mas isso já vem há muito tempo, o aliciamento a Prefeitos, Vereadores de outros partidos por parte do PMDB.

E falo agora sobre o Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, que firmou um convênio com o município de Marumbi, cujo Prefeito é da Frente Liberal, em dezembro de 1984, e, para espanto nosso, o valor desse convênio - tão irrisório -, hum milhão, quatrocentos e dezessete mil cruzeiros, para reparo numa unidade de saúde daquele município. Um empenho feito sob o número 3625, dia dois de novembro de 1984, e até hoje esse recurso não foi liberado. E assim vem procedendo, para liberar seis meses ou um ano depois, para não dar condições ao município de realizar aquele reparo.

Mas, quando se trata de um reparo que sai por outros órgãos e que não tem a participação da Prefeitura, o valor é bem superior. Neste mesmo município saiu um reparo para um grupo escolar, que daria para reparar dois grupos escolares, este saiu rápido. Já executaram o serviço e não está a contento. Mesmo caso acontece também no município de Bonsucesso, em que saiu um reparo em que o recurso aplicado não recuperou aquela obra que todos esperavam.

Estou fazendo um requerimento, Senhor Presidente, nos seguintes termos: (Lê):

"O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, doutor Luiz Cordoni Júnior, solicitando informações sobre Convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Marumbi, no valor de Cr\$1.417.000 (hum milhão, quatrocentos e dezessete mil cruzeiros), ordem de pagamento empenho n.º 3.625, de 12.11.84, destinado a repasse ao Posto de Saúde daquele Município e que até agora não foi liberado.

Tratar-se de valor irrisório e pelo tempo em que foi orçado, tendo-se em conta o ritmo da inflação, já não é mais suficiente para o referido repasse. Dá, até, a impressão de se tratar de atraso proposital, para impedir que a municipalidade execute a obra.

Aguardamos, portanto, os necessários e indispensáveis esclarecimentos, de preferência com a liberação dos recursos, inclusive com a sua atualização.

Sala das Sessões, em 24.06.85."

Concedo aparte ao Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência me perdoe o aparte e sei que Vossa Excelência está com a razão. E voltando ao caso, Deputado Gilberto Carvalho - nosso Líder -, ou mente o Ministro ou mentimos nós, ou mente a imprensa do Brasil e do Paraná, ou mentimos nós - 666 milhões, Deputado Gilberto Carvalho, 666 milhões que estão sendo defendidos, que talvez fossem aplicados em política expúria. Nós não tivemos interferências sem denúncias. Ou mente o Ministro, ou mentimos nós, os defensores do que não é defensável, os homens que agriem, os homens que pensam, Deputado Gilberto Carvalho, que nós temos medo de caretas. Nós não o temos e não denunciemos, Senhor Deputado, o ilustre médico; foi denúncia caracterizada e provada pelo Ministério. Ou mente o Ministro Waldir Pires, ou mentimos nós, ou falam a verdade os Deputado que nesta hora

defendem a "Nova República" falida, a República, Deputado Gilberto Carvalho, dos 246%, a República dos homens que nos chamam de negligentes porque não têm condições de amparo legal. O Senador Álvaro Dias, talvez "inocente útil", como diz o Deputado Tadeu Lúcio Machado, indicou um médico corrupto, que não é minhas palavras, não são minhas palavras, Sr. Presidente, Srs. Deputados, são palavras do próprio Ministro, que não há de haver contestação.

E eu pediria a Vossa Excelência que reparasse esse mal que procuraram lançar sobre nossa pessoa. São corruptas as indicações de quem fez ao médico Delcino, porque eu digo, agora, seguidas palavras, Senhor Presidente, Senhor Deputado Gilberto Carvalho que me ofereceu este aparte, é corrupto e é corrupto aquele que é conivente. Então, não é o Deputado Gabriel Manoel, da Frente Liberal, mas é o Ministro que há de ser contestado pelo "puxa-saquismo" dos homens que não têm defesa".

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Mas, Senhor

Presidente, Senhores Deputados, não poderia também deixar de tecer considerações pela notícia que lemos no "Jornal de Brasília" de sábado passado, que faz referência ao envolvimento em fraude que impede a posse no INAMPS. Faço referência, sem entrar no mérito, não conheço o médico indicado, não interfiro em qualquer indicação de quem quer que seja, mas falo neste momento, em primeiro lugar, porque a Frente Liberal é um partido de centro, é um partido que veio para ficar, para lutar com independência, é uma proposta nova, sem radicalismo. E não podemos nós, cujo partido, no âmbito federal, forma a Aliança Democrática, que, no Paraná não funciona, não vem funcionando. Por isso não existe e nos eximimos de qualquer responsabilidade porque o "Jornal de Brasília" destaca Parlamentares da cúpula do PMDB que informaram que a indicação de Delcino para a Superintendência Regional do INAMPS deveu-se mais à insistência do Deputado Alencar Furtado e do Governador José Richa.

O Ministro surpreendeu-se muito com a denúncia do envolvimento de Delcino com fraudes. Desde que assumiu o Ministério, Waldir Pires vem reafirmando que acatará as indicações políticas para cargos previdenciários desde que os candidatos escolhidos pelas respectivas Bancadas Regionais do PMDB e Frente Liberal preencham três requisitos: probidade, competência e experiência administrativa. Ele faz referência à Frente Liberal. E a Frente Liberal, no Paraná, não tem tido participação alguma nestas indicações. Por

isto nos eximimos de qualquer responsabilidade, certa ou errada. Não tenho nada quanto à indicação, não faço referência alguma à pessoa indicada, às acusações sobre as irregularidades relativas a este mesmo médico junto ao INAMPS. Não o conheço. Não tomei conhecimento e não entro no mérito. Mas quero que nosso partido fique isento de qualquer responsabilidade e de qualquer mérito, também nas indicações feitas no Paraná, a Frente Liberal não tem tido participação e não tem participado como Aliança Democrática, em termos de Estado.

No Estado do Paraná estamos agindo com independência, com liberdade, e assim pretendemos continuar, dando apoio àquilo que for em favor da coletividade paranaense.

O Sr. Jorge Maia Filho - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, na realidade entendemos o papel do Deputado Tadeu Lúcio Machado a defender seu companheiro nesta tribuna. Não podemos deixar em branco, e não podemos negar, acima de tudo, que o pronunciamento do Deputado Tadeu Lúcio Machado foi um pronunciamento demagógico, foi um pronunciamento totalmente infundado no que se refere à Previdência Social. Foi um pronunciamento feito a fim de confundir a opinião pública. Jamais, dentro da Previdência Social, excesso de internamentos deu inquérito administrativo. O que dá no excesso de internamentos em hospitais é uma triagem feita pela direção geral, para ver se na realidade aqueles internamentos tinham necessidade, eram graves ou não.

O que dá, na realidade, inquérito administrativo na Previdência Social, são contas irregulares, internamentos irregulares, medicação irregular. Isto sim dá inquérito administrativo. O que não foi dito pelo nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado.

Não estou aqui condenando a este médico que não conheço e não tenho participação em sua vida ativa, mas para dizer apenas que por três anos pertenci à Previdência Social, e não fiz parte da tal camarilha que acusou o Deputado Tadeu Lúcio Machado. Inclusive uma das maiores agências do Paraná, que presidi por três anos, está lá de portas abertas para qualquer tipo de levantamento.

Agora vir o deputado dizer que o médico indicado pelo PMDB está sendo indiciado em inquérito administrativo por excesso de internamentos, é um pronunciamento totalmente mentiroso! Excesso de internamentos não dá inquérito administrativo.

Isto pudemos ouvir. Entendemos a posição do Deputado, que quer confundir a opinião pública. O que sabemos é que

existe um inquérito administrativo, - se existe, é com irregularidades em contas hospitalares, irregularidades em internamentos hospitalares.

E também não foi de estranhar o aparte feito pelo Deputado Nestor Baptista, com palavras de baixo calão, chamando de lixo a homens probos, chamando de camarilha a homens decentes. Isto não nos surpreende, porque está exatamente no nível que ele demonstra estar desde o começo desta época legislativa que estamos vivendo e acompanhando.

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Agradeço o aparte de Vossa Excelência. Conheço, nobre Deputado Jorge Maia, a sua atuação frente ao INPS da cidade de Apucarana, Vossa Excelência fala com conhecimento...

O Sr. Tadeu Lúcio Machado - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Só para esclarecer. Não aleguei em momento algum de meu pronunciamento que o médico Delcino Tavares da Silva estava envolvido em inquérito administrativo.

Inclusive apresentei uma certidão assinada pela médica Ana Luíza Schneider Goudin, Superintendente Regional do INAMPS, em que diz: - informamos ainda não existir registro de inquérito administrativo envolvendo o Hospital de Caridade de São Vicente de Paula e o seu Diretor Clínico, Delcino Tavares da Silva. - Portanto, a observação de que minha afirmação é demagógica, não posso acatar. Porque eu apresentei uma certidão e não tenho culpa se o nobre Deputado Jorge Maia Filho não prestou atenção devida ao meu pronunciamento.

O Sr. Jorge Maia Filho - Vossa Excelência disse que ele está sendo inquirido por excesso de internamento. (vozes sobrepostas)

O Sr. Tadeu Lúcio Machado - Vossa Excelência não entendeu o meu pronunciamento e eu lamento profundamente.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Agradeço o pronunciamento de Vossa Excelência, dizendo que espera que o Ministro da Previdência procure apurar os fatos e que traga a realidade e que cumpra com a sua disposição de nomear. (vozes sobrepostas).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa consulta a Bancada do PDS se fará uso do seu horário.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Desejo...

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) Está suspensa a Sessão por alguns instantes.

Estão reabertos os trabalhos.

Esta Presidência concita os Senhores Parlamentares a terem a ponderação adequada que o Regimento exige, a fim de que possamos levar os trabalhos em ordem e que nós possamos contribuir para o conceito que a sociedade espera deste Legislativo.

Com a palavra o nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É importante na vida pública, que cada um de nós defenda o direito de dizer aquilo que pensa, mas sobretudo não esqueça que o direito de dizer aquilo que quer, vai até onde começa o direito de seu adversário, em não aceitar o que foi dito.

Se todos nós nos consideramos operários da democracia, devemos ter em mente o que disse Disraeli, certa vez: "posso não concordar com uma só palavra do que dizeis, mas defendo até a morte o direito de dizê-las".

Faço este apelo aos nobres Senhores Deputados, na certeza de que esta Casa, deve ser a Casa do convívio dos contrários e que as demonstrações de força bruta, de maiorias exemplares, transitórias e passageiras devem ser feitas em locais apropriados de briga de ringue, e não no plenário da Assembléia Legislativa, no qual estamos todos nós investidos pelo mandato da representação popular. E, portanto, devemos nos respeitar e respeitar aquilo que afirma o nosso adversário político.

Aqueles que quiseram tirar da classe política o timão desta nau, procuraram, inicialmente, desacreditar o político. Sessenta e quatro é o exemplo disso: foram feitas campanhas e campanhas de descrédito dos políticos para que, após isso, os militares fizessem a intervenção de vinte anos nesta Nação, que não foi conveniente para os Partidos políticos.

Por isso, com a autoridade de quem faz pronunciamentos os mais acerbos possíveis, os mais críticos possíveis contra os meus adversários políticos, mas que respeita a sua individualidade pessoal, é que eu peço aos Parlamentares de todos os Partidos, que não transformemos este plenário de tantas e tão caras tradições, num campo de brigas e de esforço pessoal, pois assim procedendo, nós estamos, na verdade, impedindo o caminho da democracia, da liberdade e da justiça social.

Feito este intróito, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, desejo lamentar profundamente a forma com que o Partido Governista está se comportando na Nova República. Primeiro, o ex-Presidente

Tancredo Neves estabeleceu como critérios para ocupações de cargos federais, os critérios da probidade, da moralidade e da decência no trato da coisa pública.

E o que vimos nestes dias que passaram: denúncia de fraude contra o indicado no INAMPS; o afastamento de um grande batalhador na área rural deste Estado, o ex-Deputado Lázaro Dumont, que não faz parte do meu partido político, hoje, mas que foi um homem que engrandeceu esta Assembléia Legislativa com o seu trabalho. Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais, realmente sempre defendeu os interesses dos trabalhadores do campo no Estado do Paraná, e, para seu lugar foi indicado Otássio Pereira da Silva.

E, na a SUDEPE, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, foi exonerado um técnico que não faz parte do meu partido, e nomeado José Domingos Scarpelini.

Não discuto, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, a indicação de nomes pelo Partido do Governo. Sempre defendi, nesta Casa, que cargo em comissão é cargo de confiança das autoridades governamentais. Nos Anais da Assembléia, os Senhores não verão, jamais, uma palavra minha, criticando o Governador do Estado, José Richa, por colocar pessoas de seu partido ou da sua confiança, em cargos em comissão. Creio que o PMDB e o PFL têm o direito de fazer as indicações de caráter político para ocupação dos cargos de representação estadual do Paraná.

O que lamento profundamente, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é o mesmo lamento do povo brasileiro, que vê o sonho de desfazer, e que a República a ser uma Nova República, é a pior República que estamos tendo nos últimos anos, porque os critérios da honestidade, da competência, da probidade, estes são esquecidos, e o que vale é a loteria esportiva dos cargos federais. Esta é a República dos sonhos, esta é a República das ruas. Esta é a República do engodo, da fraude e da traição. Concedo aparte ao Deputado Paulo Furiatti.

O Sr. Paulo Furiatti: Nobre Deputado, apenas quero refrescar um pouco este debate, dizendo que não tenho nada contra o cidadão que saiu da SUDEPE, mas nós temos nos Anais da Casa, na CPI da Corrupção, o envolvimento deste cidadão na campanha eleitoral do PDS, com o uso de telefones, ele tirou o telefone da repartição da Secretaria da Agricultura e levou para seu comitê eleitoral, e lá usou o telefone durante toda campanha, além do uso de carros oficiais, comprovados com testemunhas, e relatados pela CPI da Corrupção.

Portanto, nobre Deputado, uma das

coisas que a Nova República deve, como Vossa Excelência nominou, é se precaver contra a questão do critério da honestidade. E retirando o cidadão, a Nova República, sem dúvida alguma, estabeleceu o critério da honestidade, que efetivamente este cidadão está arrolado dentro da CPI com todas as provas testemunhais, inclusive provas materiais. Muito obrigado.

O Sr. Gabriel Manoel - Deputado Luiz Alberto, Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Na sequência, nobre Deputado. Devo responder ao nobre Deputado Paulo César Furiatti.

Sua Excelência conhece bem as coisas da Secretaria da Agricultura, pois que foi funcionário da Secretaria da Agricultura do Governo passado. Sua Excelência privava de cargos de confiança no período anterior. Sua Excelência foi chefe de núcleos da Secretaria da Agricultura, portanto Sua Excelência pode falar com conhecimento de causa melhor do que o meu a respeito de problemas da área da Secretaria da Agricultura. Mas desejo apenas reparar o que Sua Excelência diz, quando afirma que o cidadão, que não é meu companheiro político, que não pertence ao meu partido, que não tenho interesse, nem goza da minha amizade pessoal, que não há interesse algum em defendê-lo, ou motivação de caráter de amizade para defendê-lo. Só quero dizer a Vossa Excelência, nobre Deputado, que o fato de ter sido arrolado pela CPI, CPI com clara motivação política, CPI onde apenas o PMDB participou; CPI onde se faziam relatórios nos corredores e Deputados assinavam sem saber o conteúdo, para mim, qualquer documento oriundo desta CPI, que na verdade maculou este Poder, que na verdade envergonhou esta Assembléia Legislativa, para mim não tem valor algum. E se for o caso de exonerar qualquer funcionário desonesto, os Senhores devem fazer aquilo que a justiça determina; mais ainda, Senhores Deputados, Vossa Excelência devia pedir ao Governador José Richa, que tem poderes constitucionais, além do dever moral, como Chefe do Poder Executivo, de colocar na cadeia, de declarar a prisão administrativa do funcionário que roubou os cofres públicos.

Isto é que o Governo do PMDB deveria saber fazer, para ter autoridade de combater a corrupção nesta Casa; e porque não tenho medo, e porque na minha modesta vida pública, nunca compactuei com ladrão, com desonesto, e que digo com absoluta tranqüilidade, a forma de se trocar os cargos federais no Paraná, Senhor Deputado Paulo Furiatti, é a forma mais vergonhosa, mais indecente que o Paraná

lamentavelmente já viu. E lamento, Senhor Deputado Paulo Furiatti, como tenho certeza que o meu lamento, no fundo é o lamento compreendido pelos Senhores Deputados do PMDB, muitos dos quais são bem intencionados na vida pública. Lamento que esses critérios estejam sendo adotados pela Nova República, pois, eu também, que nunca defendi escândalo da CAPEMI, BNH, ou quaisquer outros; que, quando fiz o meu primeiro mandato nesta Casa, e quando fui o primeiro Deputado, do meu partido, a pedir que se extinguisse o Ato Inconstitucional n.º 5, no primeiro discurso que fiz nesta Assembléia, e que aí fui avisado de que não deveria permanecer naquela linha, eu tenho certeza, de que este comportamento da Nova República envergonha a classe política, e envergonha inclusive os Deputados bem intencionados do PMDB.

Muito obrigado.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – (Nilso Sguarezi) Está encerrada a

Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, na qualidade de Líder do Governo e do PMDB, constante do expediente, solicitando a convocação de Sessão Plenária Extraordinária para a data de 25 de junho de 1985, antes da Sessão Solene, a fim de dar andamento nas matérias constantes da pauta da Ordem do Dia, às 14:00 horas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 65/83, de autoria do Deputado ERVIN BONKOSKI, que cria, na Estrutura da Secretaria da Educação e Cultura, sob a supervisão do CETEPAR, o setor de cursos à distância, com aproveitamento de material e pessoal já existentes. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.E., por unanimidade. – **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 110/85, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 114/85), que objetiva majorar, a partir de 01 de julho de 1985, os vencimentos dos cargos efetivos que especifica e visa, ainda, a majoração do valor dos vencimentos dos cargos em comissão, das funções gratificadas e de outras vantagens do funcionalismo, assim como o das pensões pagas pelo Estado. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade, – Em Regime de Urgência.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário, em número de quinze, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO N.º 01 AO PROJETO DE LEI N.º 110/85

O Art. 3.º passará a ter a seguinte redação:

O valor mensal das pensões especiais, previsto no art.

3.º, da Lei n.º 8069, de 28 de dezembro de 1984, fica fixado

em (01) um salário mínimo regional.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1985.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

APOIAMENTO: Eduardo Baggio, Edgard Pimentel, Mário Pereira, Antônio Belinati, Jorge Maia Filho, Hermas Brandão, Tadeu Lúcio Machado e Francisco Escorsin.

EMENDA DE PLENÁRIO N.º 02 AO PROJETO DE LEI N.º 110/85

Inclua-se, onde couber:

"Art. – Vedada a percepção cumulativa prevista no art. 172, II e III, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, inclusive na inatividade, aplica-se ao vencimento básico do cargo referido no parágrafo único do art. 27 da Lei n.º 7784, de 14 de dezembro de 1983, o disposto no art. 15 da Lei n.º 8069, de 28 de dezembro de 1984, ficando, em consequência, reduzido o vencimento básico do cargo de Procurador, fixado no Anexo I, da Tabela XIII, para Cr\$ 3.453.333 (três milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil e trezentos e trinta e três mil cruzeiros).

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA

APOIAMENTO: Edmar Luiz Costa, Ferrari Júnior, Tadeu França e Edgard Pimentel.

JUSTIFICATIVA:

Os vencimentos do cargo de Procurador da Assembléia Legislativa foram fixados, inicialmente, nos mesmos valores atribuídos aos cargos de idêntica denominação do Tribunal de Contas.

Naquela oportunidade, entretanto, ficou vedado o direito à percepção da vantagem prevista no inciso III, da Lei n.º 6174, (tempo integral), mas não a do inciso II que prevê a gratificação por serviços extraordinários.

Assim sendo, o Poder Executivo não atribuiu a gratificação de representação de 60 por cento fixado para os Procuradores do Tribunal de Contas, aos Procuradores da Assembléia naquela ocasião.

Nos dois últimos aumentos houve um desencontro entre os valores inicialmente fixados, com a elevação do básico e diminuição das vantagens do Procurador da Assembléia, os quais, aparentemente, teriam vencimentos maiores do que aqueles atribuídos aos cargos com a mesma denominação do T.C.

A presente emenda tem por objetivo apenas substituir o valor básico por igual vantagem atribuída ao T.C., sem aumento de despesa, pois, na realidade, para obterem o mesmo tratamento, a verba de representação deveria ser atribuída no percentual de 170 por cento.

Assim, se somarmos ao vencimento básico do cargo que se pretende fixar as atuais vantagens, o resultado final será maior do que a pretendida substituição na forma do art. 15, da Lei n.º 8069/84.

Com isso, evitaremos que seja formada uma falsa imagem sobre os vencimentos que estariam sendo pagos na Assembléia e Tribunal de Contas do Estado.

EMENDA DE PLENÁRIO N.º 03 AO PROJETO DE LEI N.º 110/85

Inclua-se, onde couber:

"Art. – Os cargos em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de Diretores de Diretoria e

Tesoureiro, do Poder Legislativo, passam a pertencer ao símbolo de vencimento D.A.S.-2.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

APOIAMENTO: Erondy Silvério, Gabriel Manoel, Paulo Furiatti, Antônio Belinati e Edgard Pimentel".

EMENDA DE PLENÁRIO N.º 04
AO PROJETO DE LEI N.º 110/85

Inclua-se, onde couber:

"Art. - Aos funcionários do Quadro Geral do Poder Executivo que concorrerem aos processos de ascensão funcional de que trata o art. 18, inciso I, da Lei n.º 7424, de 17 de dezembro de 1984, e que em virtude de habilitação foram providos em cargos dos grupos ocupacionais Profissional, Semi-Profissional, Administrativo e Serviços Gerais, na referência I, serão distribuídos, a partir de julho de 1985, em referência não inferior àquela em que, por ocasião do enquadramento definitivo foram enquadrados, na mesma categoria, funcionários com igual ou menor tempo de serviço.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

APOIAMENTO: Paulo Furiatti, Erondy Silvério, Antônio Belinati, Gabriel Manoel, Edgard Pimentel".

EMENDA DE PLENÁRIO N.º 05
AO PROJETO DE LEI N.º 110/85

Inclua-se, onde couber:

"Art. - Fica criado o abono trimestral de vencimentos, que incidirá sobre a remuneração básica dos funcionários civis e militares do Estado, a partir de outubro de 1985, num percentual de 25% (vinte e cinco por cento).

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

APOIAMENTO: Paulo Furiatti, Erondy Silvério, Edgard Pimentel e Antônio Belinati.

JUSTIFICATIVA:

Os funcionários públicos não podem ter os seus vencimentos defasados durante um período de seis (06) meses. A constante alta do custo de vida e a inflação elevada, estão a exigir um reajuste trimestral de vencimentos.

É por esta razão que estamos apresentando esta emenda de caráter social, justo e oportuno".

EMENDA DE PLENÁRIO N.º 06
AO PROJETO DE LEI N.º 110/85

Inclua-se, onde couber:

"Art. - Fica assegurada aos funcionários que assinaram a opção oferecida por ato oficial do respectivo Poder e que perceberam por mais 12 (doze) meses a vantagem prevista no item III, do art. 172, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o direito de permanecerem no mesmo regime de trabalho, desde que cumpridas as exigências previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

APOIAMENTO: Antônio Belinati, Paulo Furiatti, Erondy Silvério, Gabriel Manoel, Edgard Pimentel".

EMENDA DE PLENÁRIO N.º 07

AO PROJETO DE LEI N.º 110/85

A letra "b" da Tabela X, passa a vigorar com a seguinte redação:

b) DAS:

Símbolo

Valor

DAS-1	4.333.386
DAS-2	4.011.626
DAS-3	3.736.257
DAS-4	3.339.101
DAS-5	2.821.740

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

APOIAMENTO: Antônio Belinati, Paulo Furiatti, Gabriel Manoel, Edgard Pimentel.

JUSTIFICATIVA:

A aplicação de um percentual único sobre os valores diferentes faz por aumentar a diferença entre os vários cargos, provocando o alongamento da pirâmide, o que não é o escopo principal de uma justa política salarial. Na forma original do projeto em exame é de Cr\$ 362.720 a diferença entre o DAS-1 e o DAS-2, de Cr\$ 310.754 entre o DAS-2 e o DAS-3; de Cr\$ 422.447 entre o DAS-3 e o DAS-4 e de Cr\$ 718.105 entre o DAS-4 e o DAS-5, com um distanciamento muito acentuado do DAS-5 para os demais, o que constitui um desestímulo para os comissionados nesse cargo.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N.º 08

Inclua-se onde couber:

Art. - A partir do próximo reajuste dos servidores estaduais fica estabelecido como o menor vencimento básico o piso de dois salários mínimos, tanto para o pessoal estatutário como para o regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, exceto para o Magistério, cujo vencimento básico será de três salários mínimos.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Apoimento: Antônio Belinati, Gabriel Manoel, Paulo Furiatti e Edgard Pimentel.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N.º 09

Acrescente-se onde couber:

Art. - A gratificação especial de fim de ano será paga em duas parcelas, a primeira em novembro e a segunda em dezembro de cada ano, ou antecipadamente, no mês em que o servidor efetivamente goze as férias regulamentares, e o seu montante será o equivalente ao valor bruto correspondente ao vencimento e as vantagens percebidas mensalmente pelos servidores estaduais.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Apoiamen to: Gabriel Manoel, Antônio Belinati, Paulo Furiatti e Edgard Pimentel.

JUSTIFICATIVA:

Embora já tenham ocorrido os pagamentos de uma gratificação especial em dezembro de 1983 e em dezembro de 1984, o fato é que essa gratificação especial de fim de ano, chamada de 13.º salário, ainda não foi institucionalizada, ficando essa conquista do servidor público estadual como uma concessão arbitrária do Governo e por isso mesmo aleatória.

Além da sua institucionalização, o escopo desta emenda é o de assegurar a percepção pelo servidor da gratificação especial do montante constituído pelo vencimento básico e

O vencimento básico, em muitos casos, é uma parcela mínima da remuneração total percebida pelo servidor, ao qual se acrescentam os adicionais por tempo de serviço, verba de representação, gratificação de função, cargo comissionado, produtividade, serviço extraordinário, pois o somatório desses componentes é que constitui a efetiva remuneração mensal do servidor.

Tais vantagens são conquistas que foram sendo obtidas pelo funcionalismo público estadual, incorporada ao seu salário para todos os efeitos legais e assegurada nos proventos da inatividade."

EMENDA DE PLENÁRIO DE N.º 10

Inclua-se onde couber:

Art - Os próximos reajustes dos servidores públicos estaduais serão concedidos em dezembro de 1985, em junho e em novembro de 1986, passando, a partir daí, a coincidirem com os reajustes semestrais do salário mínimo, em maio e novembro de cada ano.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Apoiamto: Erondy Silvério, Antônio Belinati, Gabriel Manoel, Paulo Furiatti e Edgard Pimentel.

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Paraná está na realidade reajustando os vencimentos do funcionalismo público de seis em seis meses, sem que, contudo, essa sistemática esteja institucionalizada por lei. Ademais, a defasagem de três meses entre o reajuste do salário mínimo e o reajuste do Estado, além de criar problemas com o achatamento dos níveis mais baixos da estrutura de pessoal, eliminando o princípio da hierarquia salarial e obrigando o Estado a proceder a elevação do salário até o patamar do novo mínimo, representa uma terrível corrosão no poder aquisitivo do servidor, já que é sempre imediato o impacto do novo mínimo sobre o custo de vida.

Lembre-se a propósito que na campanha eleitoral de 1982 os então candidatos e atuais detentores do poder prometiam fazer a reposição salarial do funcionalismo. Ao invés do cumprimento da promessa o que houve foi uma defasagem ainda maior entre a evolução do INPC e dos índices de reajustes praticados no Estado, fazendo com que a perda salarial somente no atual período administrativo já se eleve a 16,7%, mesmo considerando os 105 pontos percentuais concedidos às faixas salariais mais baixas do Quadro Geral do Pessoal do Executivo, perda maior ainda, de 26,7% para o Magistério.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N.º 11

Inclua-se onde couber:

Art. ... - Fica assegurada a todos os funcionários e ocupantes de cargos em comissão do Poder Legislativo a percepção de gratificação mensal de 100% sobre os vencimentos a título de serviços extraordinários.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Apoiamto: Paulo Furiatti, Antônio Belinati, Erondy Silvério, Gabriel Manoel e Edgard Pimentel.

JUSTIFICATIVA:

Desde abril de 1983 os funcionários deste poder estão recebendo uma gratificação de 100% sobre os seus vencimentos, adicional esse que passados mais de 2 anos estão incorporados à remuneração total percebida pelo funcionário que montou o seu orçamento doméstico e organizou seu padrão de vida em função dessa gratificação.

Pretende-se com essa emenda assegurar a necessária tranquilidade aos funcionários da Assembléia Legislativa que vivem sempre traumatizados com a eventualidade de um corte

Curitiba, segunda, em 24.06.85

nessa vantagem, colocando-o à mercê do aleatório. Ademais não é política salutar a subtração de vantagem já atribuída e incorporada ao cotidiano do funcionário e de sua família.

EMENDA MODIFICATIVA DE N.º 12

Artigo único: Na Tabela XII, Pessoal Efetivo dos Tribunais de Justiça e de Alçada, modifique-se o valor constante no Nível 14 para o seguinte:

"14. 691.590"

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA.

Apoiamto: Edmar Luiz Costa, Ferrari Júnior, Tadeu França e Luiz Alberto Oliveira.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N.º 13

Acrecente-se onde couber:

Art. ... - Além da sistemática atual para o Magistério, haverá três regimes diferenciados de trabalho atribuídos por opção do professor:

1 - Regime normal de 20 (vinte) horas semanais;

2 - Regime de 30 (trinta) horas semanais;

3 - Regime de 40 (quarenta) horas semanais;

§ 1.º - Ao regime especial de 30 (trinta) horas

corresponderá uma concessão de percentual de 50% (cinquenta

por cento) e ao regime especial de 40 (quarenta) horas

corresponderá uma concessão de percentual de 100% (cem por cento), calculado sobre o vencimento de professor ou especialista de educação no regime normal de 20 (vinte) horas.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Apoiamto: Antônio Belinati, Gabriel Manoel, Erondy Silvério, Paulo Furiatti e Edgard Pimentel.

JUSTIFICATIVA:

Antiga reivindicação do Magistério, o regime diferenciado, se implantado no Estado, sanará as distorções existentes, reparando injustiças verificadas em diferentes épocas em função de diferentes interpretações, como no caso da correlação de matérias.

Segundo os estudos realizados pela categoria, o regime diferenciado constitui a via para a verdadeira profissionalização do professor ou do especialista em educação. Favorece o Magistério mas beneficia sobretudo a Educação, solucionando muitos problemas relacionados à permanência e a reivindicações quanto a injustiças de enquadramento, estabilidade, 2.º Padrão e opção pelo Quadro Próprio entre outros.

A implantação gradativa do regime diferenciado, acarretará sensível e progressiva melhora do Ensino, beneficiando, de modo especial, aos alunos das zonas periféricas dos centros urbanos e àqueles das regiões mais carentes, onde, até hoje, não foi possível a fixação de profissionais devidamente habilitados em número suficiente para atender às solicitações dos educandos.

(Emenda n.º 14, lida pelo autor, no plenário).

EMENDA DE PLENÁRIO DE N.º 15

(Incluir onde couber)

Art. ... - O artigo 88 de Lei n.º 7051/78, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 88 - Vencimento, para os efeitos desta lei, é a retribuição pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao símbolo, categoria ou ao nível fixado em lei, mais os eventuais acréscimos por tempo de serviço".

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1985.

(a) IVAN GUBERT.

Apoiamto: Gabriel Menoel, Ezequias Losso, Augusto Carneiro, Péricles Pacheco e Gilberto Carvalho.

Em discussão o projeto.

O SR. IVAN GUBERT - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Para discutir, concedo a palavra ao Senhor Deputado Ivan Gubert.

O SR. IVAN GUBERT - Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Ocupo a tribuna, no dia de hoje, para apresentar e encaminhar à Mesa, duas emendas de Plenário, devidamente apoiadas. A primeira delas diz o seguinte: o Artigo 88, da Lei 7.051/78, passa a ter a seguinte redação: Artigo 88 - Vencimento para os efeitos desta lei, é a retribuição para o efetivo exercício no cargo, correspondente ao símbolo, categoria ou nível fixado em lei, mais os eventuais acréscimos, por tempo de serviço.

Meu arrazoado é o seguinte, Senhor Presidente, Senhores Deputados: (Lê)

"Conhecendo, como conheço, os problemas do funcionalismo público estadual, tenho estado sempre atento às questões que, direta ou indiretamente, digam respeito a essa valerosa classe.

Exatamente por assim entender, constato que o artigo 88, da Lei 7.051, de 4 de dezembro de 1978 - que dispõe sobre a estrutura e organização, da Coordenação da Receita do Estado, da Secretaria das Finanças - não expressa aquilo que deveria consagrar, como direito dos servidores públicos vinculados àquela categoria funcional.

Na verdade, a conceituação de vencimento, para os efeitos da referida Lei 7.051/78, não apresenta a abrangência que lhe seria lícito conferir, conforme entendimentos da doutrina e da própria jurisprudência.

Efetivamente, o artigo 70 da Constituição Estadual, cujo texto se repete no artigo 170 do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Paraná - Lei n.º 6.174/70 - estabelece que:

"O funcionário terá acréscimo de vencimento:

I - de cinco em cinco anos de exercício, cinco por cento, até completar vinte e cinco por cento;

II - ao completar trinta anos de exercício, cinco por cento, por ano excedente, até o máximo de vinte e cinco por cento.

§ 1.º - A incorporação dos acréscimos será imediatamente inclusa para efeitos de aposentadoria. E será computado igualmente sobre alterações dos vencimentos".

Amparados nesses dispositivos legais, funcionários fiscais do Estado do Paraná propuseram ação ordinária pleiteando retificação do cálculo de seus vencimentos, para que os adicionais por tempo de serviço incidam também sobre as gratificações que percebiam pelo regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

Ao decidir embargos, interposto com base em voto vencido do eminente desembargador Alceste Macedo, o Tribunal de Justiça do Paraná, pela maioria de seus membros, acabou por entender que se os acréscimos legais se incorporam imediatamente aos vencimentos, não se pode retirá-los para o cálculo de gratificação que por acaso seja concedida em percentual sobre os mesmos vencimentos. A matéria acabou sendo objeto de incidente de uniformização de jurisprudência, tendo o órgão especial, do Egrégio Tribunal de Justiça, por maioria de votos, entendidos que a gratificação incide sobre os adicionais.

Cumpra acrescentar que a matéria também já foi analisada pelo supremo Tribunal Federal, no julgamento do recurso n.º 95.514, do Distrito Federal, tendo como relator o eminente Ministro Cordeiro Guerra. Em resumo, se concluiu aí que "o adicional por tempo de serviço é o acréscimo pecuniário que se adia definitivamente ao padrão do cargo, em razão exclusiva do tempo do exercício estabelecido em lei para auferimento da

vantagem (RTJ 102/834)."

Não é outro, igualmente, o entendimento do ilustre Advogado e Professor Hely Lopes Meirelles, ao analisar a questão na consagrada obra "Estudos e Pareceres de Direito Público (Vol. II, Pág. 252 e seguintes)." Para ele, esse adicional "adere ao vencimento para todos os efeitos legais e é irretratável do funcionário...".

Assim, claro está que o adicional por tempo de serviço é vencimento. Daí, não poder ser dele excluído, conforme ocorre atualmente, no citado artigo 88, da aludida Lei n.º 7.051/78, que diz, apenas, ser o vencimento "A restituição pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao símbolo, ou ao nível fixado em Lei".

Dessa forma, para se corrigir tal situação, eliminando eventuais dúvidas ou interpretações prejudiciais ao funcionalismo, por parte da administração, encaminho à Mesa, para discussão e votação, emenda que visa adequar o artigo 88, da Lei n.º 7.051/78, ao entendimento corrente e às reais aspirações dos servidores".

E a segunda emenda que eu apresento, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é a seguinte: (Lê) -

"EMENDA DE PLENÁRIO DE N.º 14

Inclua-se onde couber:

Art. Para o cálculo da gratificação de que trata o inciso III, do Art. 172, de Lei n.º 6.174/70, de 16 de novembro de 1970, dever-se-á, a partir da data de vigência desta Lei, considerar como vencimentos a importância devida ao servidor como remuneração básica de seu cargo, acrescida dos percentuais que, por força de Lei, se lhe mandaram incorporar.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1985.

(a) IVAN GUBERT.

Apoiamto: Gabriel Manoel, Nelson Buffara, Gilberto Carvalho, Péricles Pacheco e Werner Wanderer.

JUSTIFICATIVA:

Vem causando constante discussão, no âmbito dos Três Poderes, a interpretação do disposto no Art. 177, do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado, que estabeleceu normas para o cálculo da gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

A discrepância de interpretação tem como origem o veto parcial apostado pelo Poder Executivo na redação do referido Art. 177, que faz com que, alguns pretendam que não se deva calcular a mencionada gratificação sobre os adicionais a que eventualmente tenha direito o funcionário.

Desta forma, a emenda que ora propomos, pretende tão somente tornar claro o dispositivo acima invocado, suprimindo o efeito aparentemente conflitante, criado pelo mencionado veto parcial, e fazendo com que, sem qualquer dúvida todos os Poderes, com uniformidade, dêem aplicação ao disposto na Constituição Estadual, que, em seu Art. 70, diz:

"Art. 70" - O funcionário terá acréscimo aos vencimentos:

I - de cinco em cinco anos de exercício, cinco por cento até completar vinte e cinco por cento;

II - ao completar trinta anos de exercício, cinco por cento por ano excedente, até o máximo de vinte e cinco por cento.

§ 1.º - A incorporação dos acréscimos será imediata, inclusive para efeito de aposentadoria, e será computada igualmente sobre as alterações dos vencimentos.

§ 2.º - São reconhecidas as mesmas vantagens aos integrantes das corporações militares".

Estas duas emendas, então, Senhor Presidente, eu apresento e as encaminho à Mesa.

Era só, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Em discussão o projeto, e as emendas.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Concedo a palavra, para discutir, ao Senhor Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Em nome da Liderança do PMDB e do Governo, ocupo esta tribuna para esclarecer à opinião pública que nosso Partido é intransigente defensor da livre manifestação, por parte das oposições, principalmente no que tange à defesa dos servidores públicos do Estado.

É louvável que sejam apresentadas sugestões e até mesmo emendas aos projetos de lei que tratam da majoração dos vencimentos dos funcionários públicos do Estado, pois, ainda que alguns motivos de ordem financeira ou legal impeçam o aproveitamento destas, as idéias poderão servir de base para novos planos de lei.

Lembramos que até há poucos anos o PMDB era partido de oposição. E foi nessa condição que ofereceu inúmeras sugestões, defendeu pontos de vista combatidos pela Situação da época, representada pela ARENA e pelo PDS, mas, inegavelmente, muito contribuiu para que os servidores públicos do Estado alcançassem vários benefícios e vantagens.

Há cerca de dez anos passados, o Deputado Maurício Fruet iniciava sua luta para que os aumentos dos servidores públicos do Estado não ficassem aquém dos reajustes das mensalidades do BNH, mas, quase sempre era vencido pelo posicionamento da Bancada da situação.

Essa luta continuou por uma década, até que o Governo José Richa surgisse para assegurar reajustes nunca inferiores ao INPC, o que vem se verificando desde o início de 1983.

O mesmo Deputado Maurício Fruet, seguido por Lineu Turra, Fidelcino Tolentino e muitos outros, clamaram, durante anos, pela adoção da semestralidade nos reajustes do funcionalismo público estadual.

Bastou que José Richa assumisse o Governo para que logo em seguida os aumentos passassem a ser concedidos de seis em seis meses.

Na década anterior ao atual Governo, muitas fórmulas foram tentadas para o pagamento do 13.º salário, mas, nada foi feito nesse sentido. O 13.º vencimento ou gratificação de Natal tornou-se uma realidade a partir do primeiro ano do Governo José Richa.

Também foram os nossos Deputados que iniciaram os movimentos para equiparação dos direitos e vantagens do Ministério Público aos da Magistratura.

Basta consultar os registros da Casa, para se constatar o excelente trabalho desenvolvido nesse sentido pelo então Deputado Enéas Faria, o qual, aperfeiçoado pela colaboração de Accioly Netto, resultou num êxito parcial, quando os promotores ficaram com uma tabela de vencimentos com diferença de apenas 5% dos Magistrados.

A equiparação, todavia, somente aconteceu nos primeiros dias do Governo José Richa.

Não restam dúvidas de que os servidores do Estado, apesar das dificuldades financeiras do Estado obtiveram algumas conquistas na década que antecedeu a posse de José Richa.

Todavia, também não devemos esquecer que, em todos os planos de lei que beneficiaram o funcionalismo público do Estado, ficou registrada a presença do PMDB, ainda que atuando como Oposição.

Estaria lembrado o nobre Deputado Ezequias Losso, que as leis de aumento sempre foram encaminhadas a esta Casa com recomendação de não serem objetos de emendas, e o mesmo, na qualidade de relator da matéria, alertado pelo Deputado Tolentino detectou e corrigiu um pequeno equívoco no texto

que havia acompanhado a Mensagem do Governador ?

Estariam lembrados os Senhores Deputados do PDS que o Governo encaminhou para esta Casa, Mensagem propondo o pagamento durante as férias somente do serviço extraordinário, mas, proibía a contagem das férias em dobro, e, em reunião conjunta com a Liderança do PMDB o plano de lei foi alterado para que quase todas as vantagens fossem mantidas durante, praticamente, todos os tipos de afastamentos do servidor como ficou estabelecido no texto da Lei n.º 6.742/75, para o qual destacou-se o trabalho dos deputados Deny Schwartz, Nilso Sguarezi, Walter Pietrângelo e Fidelcino Tolentino?

E a contagem recíproca? O Paraná não pode ignorar que a Bancada Estadual do PMDB, em conjunto com a Bancada Federal apresentou sugestão que resultou na representação e reformulação do entendimento do Governo Federal que acabou reconhecendo o direito dos servidores estaduais e municipais ao benefício, antes concedido somente para funcionários públicos da União.

Foi através de uma emenda do PMDB que o magistério foi incluído na Lei n.º 12/78, que tratava do reajuste de vencimentos dos servidores do Estado e, na qual, por um lapso os professores não constavam como beneficiários.

Acatando sugestão apresentada pelo PMDB o Governo do Estado encaminhou Mensagem a esta Casa concedendo gratificação de produtividade aos funcionários do Tribunal de Alçada, ao propôr o plano de lei que resultou na Lei n.º 6.787/76.

E, assim, aconteceu em relação a uma série infindável de Mensagens, projetos de lei, requerimentos, sugestões e emendas de autoria de deputados de nossa Bancada, sempre aguerrida e presente às grandes decisões, como a mobilização para tentar melhorar o Estatuto do Magistério, barrada com todas as forças pelo PDS, mas, que assim mesmo teve que ceder a 3 (três) estratégicas Emendas à Redação Final, impostas pela nossa Bancada, que, ao denunciar alguns erros de redação, forçou a aprovação de algumas de suas propostas, furando o bloqueio da Situação.

Portanto, não venham os Senhores Deputados do PDS oferecer críticas e somente críticas ao presente plano de lei encaminhado pelo Governador José Richa.

Todos nós sabemos que o reajuste anterior foi concedido com base do INPC e partindo desse índice para cima, em relação a algumas categorias funcionais.

O mesmo acontece agora, quando a variação do INPC no semestre foi de 80,3% e nessa faixa ficaram apenas os Magistrados e Membros do Ministério Público, por terem sido contemplados, ainda neste exercício com a elevação, em 70% (setenta por cento) de suas verbas de representação. A propósito, estes últimos juntamente com os membros do Tribunal de Contas do Estado obtiveram o reconhecimento do chamado "repique", para cálculos dos adicionais por tempo de serviço.

As outras categorias funcionais foram contempladas com um índice de aumento de 89,2%, cabendo aos professores 95,2% e aos demais servidores do Quadro Geral percentuais com variação de 96,7 % até 105%, conforme consta da exposição de motivos que acompanha a Mensagem n.º 114/85, a qual já foi analisada e até mesmo elogiada publicamente pelos Deputados Erondy Silvério e Ivan Gubert.

Mas, não podemos restringir a análise aos percentuais de aumento.

E, aqui denunciemos a esperta manobra das vozes da Oposição que se levantam nesse momento para confundir a opinião pública.

Todos sabem que no Governo José Richa os aumentos estão concedidos de seis em seis meses, em base nunca inferiores à variação do INPC no período.

Entretanto, não se falou que o Governo já concedeu a

Curitiba, segunda, em 24.06.85

equiparação dos proventos dos inativos com os seus colegas em atividade.

Também não se falou que o Quadro de Servidores do Tribunal de Justiça foi beneficiado por Lei Ordinária.

Igualmente, não foi dito que a mesma Lei do Tribunal de Justiça procedeu a modificação do Quadro da Assembléia Legislativa.

Esqueceu-se de dizer que o Quadro do Tribunal de Contas sofreu uma reclassificação geral.

E quem se lembrou de dizer que vários professores foram admitidos nesse Governo por terem participado de concurso com prazo praticamente vencido, e realizado no Governo anterior?

Por que não se falou nas promoções e ascensões?

E as melhorias concedidas por vários benefícios dados aos policiais, procuradores do Estado e engenheiros?

Em quanto resultou a mais para o servidor regido pela CLT a unificação das datas para os reajustes semestrais?

Apesar de todos esses benefícios, muitos dos quais incorporáveis aos vencimentos e elevados com os aumentos posteriores, temos certeza de que muitos estudos continuam em andamento para melhor adequar o relacionamento servidor do Estado - Administração Pública."

Para encerrar nosso pronunciamento, e confirmar parte de todas as afirmações que fizemos nesta oportunidade, temos em mãos o Projeto de Lei n.º 96/80, oriundo da Mensagem Governamental n.º 45/80, que tratou da instituição de um plano de classificação de cargos do Estado.

Podemos afirmar que foi em razão das emendas apresentadas pela Oposição, e principalmente por um estudo elaborado por Comissão Especial designada pelo PMDB, que elaborou Substitutivo Geral contendo 30 (trinta) sugestões aditivas ao projeto original, que o Governo do Estado, sensibilizado, mandou retornar o projeto ao Executivo e mandou novo Plano de Lei a esta Casa através da Mensagem n.º 80/80, aproveitando cerca de 14 das 30 modificações sugeridas por nossa Bancada.

Esclarecemos, nobres Deputados, que o Relator da matéria fez o Deputado Ayrton Cordeiro, que emitiu parecer de fls. 130 a 132, que passaremos a ler, pelo qual disse do acatamento de várias sugestões sustentadas pela Bancada do PMDB, mas, que deixava de atender a semestralidade e a concessão do 13.º salário, "porque faltam condições financeiras ao Governo do Estado".

Esse trecho do parecer dado pelo Deputado Ayrton Cordeiro em 1980: "as sugestões, as reivindicações, as propostas de emenda legislativa, tudo do conhecimento deste Deputado e do interesse dos servidores públicos do Paraná beneficiados pelo plano presentemente em análise, foi objeto de cuidadoso estudo e, se não houve pleno atendimento, é porque faltam condições financeiras ao Governo do Estado."

Quem disse isso em 1980 foi o Deputado Ayrton Cordeiro. E assim acontecia durante mais de uma década, conforme poderá ser comprovado por uma simples consulta aos arquivos desta Casa, onde encontraremos dezenas de projetos de lei tratando da concessão do 13.º salário ou mesmo dos pagamentos semestrais, os quais sempre foram merecedores de pareceres contrários ou de desaprovação em plenário por Deputados da ARENA e do atual PDS.

Bastou o Governador José Richa chegar ao Palácio Iguaçu para que o panorama se modificasse.

Inundações, geadas e queimadas causaram ao nosso Estado incalculáveis prejuízos nos dois anos e meio do Governo do PMDB, mas jamais foram invocadas tais catástrofes para penalizar o funcionalismo como geralmente acontecia no passado.

Se temos melhor arrecadação, ou se as dificuldades são

as mesmas, e assim mesmo honramos o compromisso assumido com a pessoa humana, não temos dúvida de afirmar o irrefutável motivo: temos melhor Governo em comparação com aqueles que dirigiram nossos passos durante vinte anos.

Muito obrigado, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Em discussão o projeto.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Para discutir, concedo a palavra ao Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Mensagem do Governador José Richa enviada a esta Casa de Leis para o aumento do servidor público do Estado do Paraná atinge, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o limite da capacidade orçamentária do nosso Estado na recuperação inclusive da defasagem salarial do nosso servidor.

Há uma reposição evidente na matéria enviada a esta Casa.

Os Servidores do Quadro Geral, Estatutários e Celetistas, tiveram um aumento variável entre 105 a 95 por cento, atingindo 35.494 servidores. O aumento médio de 103.9 por cento, se compararmos o INPC de julho que deveria ter sido o INPC para base de aumento do servidor público do Estado, tiveram os servidores desta categoria 23.6 de aumento da proposta do Governo, ou 129.4 do INPC. O Magistério, estatutários e celetistas, tiveram um aumento de 95.2, atingindo 56.732 servidores, dando aos mesmos um aumento de 14.9, ou 118.6 do INPC. A Polícia Civil, a Polícia Militar, CREA, Cargos em Comissão, PGE, Engenheiros e Quadro de Pessoal Efetivo de outros Poderes, tiveram um aumento de 89.2, beneficiando 29.954 servidores. Pelo aumento concedido, tiveram 8.9 de aumento, ou 111.1 % do INPC. A Magistratura, Ministério Público, os Conselheiros e os Auditores do Tribunal de Contas, é que tiveram um aumento de 80.3 do INPC; INPC integral do mês de julho. Mas queremos lembrar que estes tiveram 70 % de aumento ainda no decurso deste anos.

Se falamos isto, é porque iremos aqui avaliar a condição real do Estado em poder fazer frente aos benefícios solicitados por emendas de nobres Parlamentares em favor do servidor público. É porque temos consciência que o Estado do Paraná não se resume exclusivamente no servidor público do Estado. Problemas sociais mil existem neste Estado. Existem obras sociais a serem desenvolvidas. O Governo do Estado sob pena de má aplicação e má gerência do recurso público, estaria pecando por deslize, se porventura usasse toda a arrecadação do Estado, única e exclusivamente para recuperar os seus servidores, deixando de reconhecer a dificuldade que granjeia solta por tantos e tantos lares do Paraná.

Para podermos avaliar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as dificuldades em atender as emendas de nobres Parlamentares em plenário, queremos justificar aqui o comportamento da receita em ICM do Paraná, com os dados que temos no quanto atingirá a despesa com o servidor público, se nós dermos a proposta que o Governador encaminha a esta Casa.

Para lembrar, simplesmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que em janeiro o Estado arrecadava 155

milhões, 479 em ICM e tinha uma despesa de pessoal de 127 milhões, 211, o que correspondia a 81.8 % da arrecadação do ICM. Em fevereiro, evidentemente com a inflação, acaba baixando a média de participação do ICM no pagamento do servidor público, atingindo 63.2. E assim sucessivamente nos meses do ano em curso.

Mas vejam bem, por que o Estado sente-se impossibilitado de dar mais ao servidor público, ou de reconhecer as emendas que pedem trimestralidade e outras tantas, 13.º integral proposto nesta Casa?

Lembramos simplesmente pelos dados oficiais do Governo, que no mês de julho do corrente ano, com o aumento proposto pela mensagem governamental, o Estado terá uma arrecadação prevista de 255 milhões, 490 em ICM, e terá uma despesa de duzentos e sessenta e cinco milhões, novecentos e vinte em pessoal, o que corresponde que 104.1% do ICM TOTAL arrecadado do Estado, será gasto unicamente para cobrir a mensagem de aumento do servidor que foi enviada para esta Casa.

Lembramos ainda, que se é verdade que o mês de setembro a previsão da arrecadação da receita sobe para trezentos e vinte e três milhões, enquanto a de pagamento de pessoal fica em duzentos e oitenta quatro, o que representaria oitenta e sete ponto oito, nós precisamos lembrar que as Fundações terão aumento no mês de setembro e que o 13.º salário será pago no mês de dezembro, o que nos leva a dizer, que o ICM total do Estado com toda a sua perspectiva mantida, levará a oitenta e cinco por cento aproximadamente da sua arrecadação unicamente para pagamento do pessoal do Estado.

Por isso, nós reconhecemos o esforço dos Parlamentares, porque endossamos a necessidade de recuperação salarial do trabalhador público do Estado do Paraná, porque achamos justo que o trabalhador tenha, junto com a inflação, a correção do seu salário, o que importa é perguntar se o Estado teria condições de arcar com a consequência deste aumento, não privando os demais setores da comunidade.

Para exemplificar, simplesmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com relação ao pagamento do 13.º salário integral ao funcionário público do Paraná, a informação da Coordenação da Administração e Finanças, indica que a sua concessão representaria um acréscimo de setenta e três ponto sete bilhões de cruzeiros para os cofres públicos do Estado, isso equivaleria vinte e sete ponto setenta e um, sobre o custo previsto para a folha de julho de 1985.

Então, quando viemos a esta tribuna, para defendermos a aprovação na íntegra da Mensagem do Governo, é porque sabemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, da impossibilidade orçamentária de atendermos as emendas propostas pelos ilustres Parlamentares desta Casa, devido à falta de recursos orçamentário do Estado para poder recuperar de uma vez só uma defasagem que se acumulou no curso de tantos anos.

Eu concedo o aparte ao Sr. Deputado Mário Pereira.

O Sr. Mário Pereira — Nobre Líder da Bancada, Deputado Caíto Quintana.

Em 1984, 70 % do ICM foi canalizado para o pagamento da folha de pessoal, 15 % para custeio da máquina administrativa, portanto 85 % da arrecadação do imposto base de nossas finanças estaduais foi para o pagamento de pessoal e custeio da máquina administrativa.

Este ano de 1985 a previsão que Vossa Excelência coloca aqui nesta Casa hoje, é de que 85 % da nossa principal fonte de receita será gasta com pessoal e mantidos os mesmos níveis de custeio de 84 de 15 %, nós

teríamos 100 % de toda arrecadação de ICM gasta com a máquina administrativa do Estado, de outro lado, nobre Deputado, nós temos o PRAM, este programa que atinge quase todos os municípios do Paraná, que faz obras com o dinheiro que não é nosso, dinheiro emprestado do BIRD. Temos eletrificação rural que para executá-la temos empréstimos do BIRD. Fazemos asfalto nos mais diversos municípios do Paraná, com grande parte dos recursos externos do BID e faremos Salto Segredo, com recursos emprestados de outros países também.

Eu acho que o Governo do PMDB, José Richa está fazendo por um lado justiça aos funcionários, repondo as perdas salariais que durante tantos anos aconteceram com o descaso para o funcionalismo público, mas de outro lado, nobre Líder Caíto Quintana, é necessário que se pense numa reforma administrativa neste Estado, sob pena de cairmos na situação do Rio Grande do Sul, que faz empréstimos em 63 para pagamento do funcionalismo público e que o Estado economicamente, a sua administração pública está inviabilizada e que não venhamos nós cair no mesmo risco. O funcionário público do Paraná, é mal pago assim como resto de todo o País, porque a máquina é super-dimensionada.

Imagino eu, que deveriam os funcionários públicos serem os mais capazes, a serviço do Estado na aplicação do dinheiro público; tivessem eles a melhor remuneração do que qualquer empresa da iniciativa privada.

Mas, fosse, como a nossa opção é pelo regime capitalista, uma máquina ágil, que pudesse intervir e responder aos impulsos externos dado por um novo Governo como o nosso que entrou, rapidamente e que não tivesse inércia que tem, com mais de 150 mil funcionários públicos, mal pagos, mas que, muitos deles estão aí como cabides de emprego, fazendo deste emprego público um bico, porque são mal remunerados. e acabam não somando o seu serviço ao esforço do Estado.

Urge, nobre Deputado, na minha opinião, uma reforma administrativa, para que o funcionário público possa ser muito bem pago, e que sobre recursos do imposto pago com tanto sacrifício pela população para aplicar em obras que possam fazer o desenvolvimento e progresso do Paraná.

Eu imagino uma loja, fazendo um paralelo a esta estúpida máquina administrativa do Governo do Estado, uma grande loja, Deputado Caíto Quintana, com belíssimas instalações, contratasse centenas de funcionários, abrisse suas portas e não tivesse nada para vender. Assim, com uma máquina estúpida desta, que consome todo o ICM na folha de pagamento e no custeio, para o PRAM, eletrificação rural, asfalto, Salto Segredo, temos que pegar a poupança dos americanos e dos europeus, e, depois, viver trabalhando o resto da vida, para o pagamento dos juros que levanta a Nação contra as extorsivas taxas.

Fica, portanto, nobre Deputado Caíto Quintana, um reconhecimento ao esforço do Governo que procura pagar bem, mas um alerta de que é necessário uma reforma administrativa, antes que fiquemos inviabilizados.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA

O SR. CAÍTO QUINTANA — Eu agradeço seu aparte, nobre Deputado, mas, evidentemente, as distorções da Nação precisam ser refeitas. Se nós, porventura, quisermos o servidor público trabalhando, rendendo, precisamos dar-lhe a remuneração que deseja. É a grande polêmica levantada: ou melhoramos o vencimento da polícia, ou não melhoramos o nível da polícia.

O servidor público para dar empenho ao seu trabalho, que é a máquina-engrenagem do Estado, precisa ganhar. E o Governo José Richa tem entendido isto. E não acho que

o servidor público ganhe tão pouco, porque a iniciativa particular pelo arrocho, paga menos que o nosso servidor. Tanto que temos no servidor público, 2.2. do salário para as categorias.

Mas, eu queria aqui avaliar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o sensível aumento dado pelo Governo do Estado, para a categoria de servidor, o que levou as Associações a reconhecerem nula a reunião a que estive presente, juntamente com o Governador, o esforço desse Governo para compensar essa categoria que trabalha pelo bem do Estado do Paraná.

A folha de pagamento Sr. Presidente e Srs. Deputados, no início do Governo Richa, em 1983, e no mês de março, era de 13 milhões e 130 mil cruzeiros. Nós trabalhamos naquele ano com o Orçamento anterior, e encerramos dezembro com a Folha de Pagamento em 22 bilhões e 925 milhões. Um acréscimo de 7.6 %.

Mas, vejam bem, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a folha de pagamento do Estado do Paraná, com o aumento do mês de julho de 1985, vai para 265 bilhões, 920 milhões de cruzeiros o que representa um aumento de 2 mil por cento, entre o início do Governo Richa e o aumento previsto para o mês de julho de 1985.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se reconhecemos o direito de qualquer Parlamentar, de qualquer partido, de pleitear melhoria para os servidores, não poderemos, no entanto, deixar de avaliar e analisar a capacidade financeira do Estado, para o atendimento destas reivindicações. O Governo José Richa assumiu, inclusive, perante as associações, o compromisso de avaliar o desempenho econômico do Estado, e de poder dar, talvez, até, aí pelo mês de novembro, um adiantamento do aumento salarial da semestralidade.

Mas, transformar isto em lei Sr. Presidente, Srs. Deputados, seria profundamente temerário para nós que somos legisladores deste Estado, porque o Estado poderia ver totalmente extinguida a sua possibilidade de cumprir uma lei que ele sancionasse, sob pena de estarmos colocando em risco o atendimento de outros setores do Estado.

Mas, como há preocupação, o Governo, na tabela do magistério majorou em 95.2, exatamente para honrar o compromisso de manter os vencimentos do professor classe A, referência 1, em 2.2. do salário mínimo, o que não seria possível com o índice do INPC de 80.3 do mês de julho e nem com índice de 89.2 que serviu, inclusive no plano federal, para dar a reposição daqueles funcionários.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, teríamos mais avaliações para fazermos aqui, na defesa da aprovação da Mensagem Governamental, teríamos temores inclusive, a fazer, de que com o aumento desta mensagem, em qualquer descompasso, na previsão de arrecadação de receita do Estado do Paraná, poderíamos comprometer o próprio pagamento do salário do nosso servidor. Por isso, defendemos a vontade férrea do Governo, que está procurando recuperar a defasagem salarial, inclusive, porque mandou para esta Casa uma variável entre 95 % a 105 %¹ no aumento de todos os seus servidores. Recuperou o salário de categorias, para poder fazer frente à recuperação do trabalhador, mas não poderíamos cair na libertinagem de acharmos que é possível recuperarmos ao servidor público do Paraná, além dos recursos do excelente desempenho econômico do nosso Estado, para enganarmos a vontade do nosso trabalhador.

Queremos, nesta hora, em que pedimos vênias aos Deputados que apresentaram emendas ao Projeto do Governo do Estado, dizer que a Bancada da Oposição, quer

tanto quanto os Srs. o aumento do nosso servidor, mas na defesa dos compromissos sociais do Governo, e do reconhecimento do desempenho da economia do nosso Estado, não poderá concordar com a aprovação desta emenda, sob pena de colocar em risco o próprio pagamento do nosso servidor.

Façamos todos nós juntos, o compromisso de a cada instante, sempre que o desempenho econômico do Estado propiciar, recuperarmos um pouco, a defasagem salarial do nosso servidor, na esperança de que em poucos anos possamos retribuir ao trabalho destes homens, ao desempenho que fazem na máquina administrativa do Estado, mas não ponhamos em risco as mensagens, o trabalho, a devotação que temos que ter como Estado, aos demais segmentos da sociedade, que ansiosos esperam o cumprimento de obras sociais, e o nosso próprio servidor está aplaudindo a Mensagem que aqui veio, porque ela é bem maior do que o INPC que se daria, e ela atinge no momento, a necessidade de todas as categorias e associações como tive o prazer de apreciar na reunião em que elas tiveram com o próprio Governador por ocasião da assinatura da Mensagem.

Muito Obrigado, Sr. Presidente - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Está em discussão o projeto.
Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Está em discussão o projeto. Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) Para discutir concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Não pretendo cansar esta Casa, com longas argumentações, a respeito do projeto de autoria do Poder Executivo. Até porque os eminentes Deputados governistas, já apresentaram os dados do Governo, a respeito do assunto.

Eu poderia desmistificar estes dados, com a análise, por exemplo, de um caso efetivo com relação a um professor. Um professor de Licenciatura Curta, em março de 1983 ganhava 60.735 cruzeiros. Com este aumento vai ganhar 785.863 cruzeiros.

E um DAS-1, cargo de um Secretário de Estado, quanto ganhava no início do Governo José Richa? 238 mil cruzeiros. E quanto passa a ganhar agora, com o aumento? 4 milhões, 333 mil cruzeiros; isto, sem contar a gratificação por tempo integral, de 100%. Porque, se contarmos isto, o salário deste DAS-1 vai para quase 9 milhões de cruzeiros.

Aí está a resposta, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, porque o Governo do Estado está gastando muito, segundo eles, com o funcionalismo. Está gastando, porque vendeu 50% dos cargos em comissão.

Está gastando mais, porque criou Secretaria Extraordinária. Está gastando mais, porque praticou a política do empreguismo. Está gastando mais porque o Governo do PMDB é o Governo autotético, segundo definição do jornalista econômico Wanderley Fabris, comentarista da "Gazeta Mercantil".

Nã está gastando mais por ter dado melhores salários ao funcionalismo mais humilde. Está gastando muito porque é um Governo que pratica a política do empreguismo. Já tive a oportunidade de defender da tribuna desta Casa as emendas que apresentei e por isto não vou ficar cansando os Senhores Parlamentares com a discussão deste assunto, à vista da posição dos Deputados governistas, que leram, com muito denodo, com muita cautela, com muito cuidado, com muito entusiasmo, as justificações da Secretaria da Administração a respeito do aumento do funcionalismo. Só respondo que, se o Governo está gastando muito, está gastando muito mal, e não está atendendo à reivindicação do professorado e do funcionalismo público estadual. (Sem revisão do orador).

O SR.PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Em votação o projeto, ressalvadas as emendas. Aprovado.

Em votação a Emenda de n.º 1. Rejeitada.

O SR.LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Pela ordem. Vossa Excelência pode anunciar o teor da emenda?

O SR.PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Perfeitamente. A emenda votada agora tem a seguinte redação:

O artigo 3.º passará a ter a seguinte redação. (Lê):

"O valor mensal das pensões especiais, previsto no art. 3.º da Lei n.º 8.069, de 28 de dezembro de 1984, fica fixado em (01) um salário-mínimo regional."

Em votação a Emenda n.º 2 - Aprovada.

Em votação a Emenda n.º 3 - Aprovada.

Em votação a Emenda n.º 4 - Rejeitada.

Em votação a Emenda n.º 5 - Rejeitada.

Em votação a Emenda n.º 6 - Rejeitada.

Em votação a Emenda n.º 7 - Rejeitada.

Em votação a Emenda n.º 8 - Rejeitada.

Em votação a Emenda n.º 9 - Rejeitada.

Em votação a Emenda n.º 10 - Rejeitada.

Em votação a Emenda n.º 11 - Rejeitada.

Em votação a Emenda n.º 12 - Aprovada.

Em votação a Emenda n.º 13 -

O SR.CAÍTO QUINTANA - Pela ordem. Eu gostaria que Vossa Excelência lesse o teor dessa emenda e o autor.

O SR.PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Emenda n.º 13 é de autoria do Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR.CAÍTO QUINTANA - Declino, Senhor Presidente.

O SR.PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Rejeitada.

Em votação a Emenda n.º 14 -

O SR.CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, pela ordem. Eu gostaria que Vossa Excelência dissesse o autor da Emenda.

O SR.PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - De autoria do Deputado Ivan Gubert e outros.

O SR.CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, eu gostaria que as Emendas n.º 13 e 14 que Vossa Excelência está lendo, informar que a Bancada do PMDB não analisou as emendas e seu conteúdo porque o Deputado apresentou em Plenário na hora do seu pronunciamento. Portanto, para podermos avaliar, a nossa bancada votará as emendas hoje, ressaltando de que na segunda discussão as emendas a nossa bancada poderá votar em contrário.

Apenas para podermos avaliar o objetivo dessas emendas e não rejeitá-las simplesmente, na primeira discussão. Nós discutiremos isso em bancada e nos reservaremos o direito de votar em contrário na próxima discussão.

O SR.PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Em votação a Emenda n.º 14 - Aprovada. Em votação a Emenda n.º 15 - Aprovada.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 61/85 (Mensagem n.º 91/85 - ex-Proposição n.º 81/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Cooperação Administrativa e Financeira, celebrado em 17.12.84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria das Finanças e a EMOPAR e os Municípios que especifica, objetivando a construção de prédios destinados a abrigar as Agências de Rendas dos Municípios signatários. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 21/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 59/85), que objetiva criar na Secretaria da Educação, dois cargos isolados de provimento em comissão de Chefe de Núcleo Regional de Educação, símbolo 1-C e, ainda, alteração da denominação dos atuais cargos em comissão de Chefe de Núcleo Regional, para Chefe de Núcleo Regional de Educação, mantido o mesmo símbolo de remuneração. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 21/85

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Ficam criados, na Secretaria de Estado da Educação, dois (02) cargos de provimento em comissão, de Chefe de Núcleo Regional de Educação, símbolo 1-C.

Art. 2.º - A denominação dos cargos em comissão já existentes, de Chefe de Núcleo Regional, fica alterada para Chefe de Núcleo Regional de Educação, mantido o mesmo símbolo de remuneração.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.03.85.

(a) Poder Executivo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 21/85

PARECER:

O Senhor Governador do Estado propõe a esta Assembléia a criação de dois cargos isolados de provimento em comissão de Chefe de Núcleo Regional de Educação, Símbolo 1-C e, ainda, alteração da denominação dos atuais cargos em comissão de Chefe de Núcleo Regional, para Chefe de Núcleo Regional de Educação, mantido o mesmo símbolo de remuneração.

A proposição respeita as normas que regem a matéria, estando em condições de seguir o trâmite normal pela Casa.

O parecer, portanto, s.m.j., é pela aprovação da matéria.

Sala das Comissões, em 18.06.85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
EZEQUIAS LOSSO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 21/85

PARECER:

De autoria do Poder Executivo, Mensagem Governamental n.º 59/85. tem por objetivo a criação, na Secretaria de Estado da Educação, de dois cargos isolados de provimento em comissão de Chefe de Núcleo Regional de Educação, Símbolo 1-C e, ainda, a alteração da denominação dos atuais cargos em comissão de Chefe de Núcleo Regional para Chefe de Núcleo Regional de Educação, mantida a mesma simbologia e remuneração.

Sobre a matéria a douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente.

Quanto ao aspecto financeiro da matéria não encontramos nenhum óbice que possa impedir sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 20.06.85.

(a) HOMERO OGUIDO - Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE -(Nilso Sguarezi) Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Caíto Quintana e Gilberto Carvalho, na qualidade de líderes do PMDB e PFL, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da redação final do Projeto de Lei n.º 114/85, que objetiva majorar os salários do funcionalismo público estadual.-Aprovado.À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 68/85, oriundo da Mensagem do poder Executivo n.º 92/85, que objetiva criar quatro cargos de provimento em comissão, de Assessor, símbolo DAS-5, na estrutura da Secretaria do Planejamento.

-Aprovado.À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 35/85, oriundo da Mensagem do poder Executivo n.º 72/85, que objetiva revogar o art.2.º da Lei n.º 7550 de 17 de dezembro de 1981, restaurando a redação original do art. 6.º e de seu parágrafo único da Lei n.º 6047 de 11 de junho de 1973.-Aprovado.À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 69/85, oriundo da Mensagem do Poder Executivo n.º 95/85, que objetiva estabelecer limites autorizativos para contratação de empréstimos pela Administração Direta.-Aprovado.À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 102/85, que autoriza o Poder Executivo conceder Pensão Especial de 3 salários-mínimos regionais à escritora Maria Nicolas.-Aprovado.À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações quanto a contratação de empréstimo junto ao Banco Manufactures Hanover Trust Company.-Com discussão encerrada. Em votação. Rejeitado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA -(Pela Ordem)
Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE -(Nilso Sguarezi) A Mesa

deferir e irá proceder a verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA -(Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito chamada nominal. (Declina).

(É procedida a verificação de votação)

5 Srs. Deputados aprovam; 15 Srs. Deputados rejeitam. Não há quorum para deliberação, apenas para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro do Interior, encarecendo a reativação do Programa Especial do Oeste do Paraná - PRODOPAR. Em discussão.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - (Pela ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, visando a liberação de materiais esportivos para todos os estabelecimentos de ensino do Município de Moreira Sales.-Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, objetivando o alargamento e demais benfeitorias na estrada que interliga os Municípios de Nova Cantu e Campo Mourão.-Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, objetivando a liberação de verbas para a construção de uma quadra de esportes para a localidade de Silviolândia, no Município de Peabiru. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a liberação de materiais esportivos para o Município de Quinta do Sol.-Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, objetivando seja determinado o desvio da PR-239, no seu trecho que cruza o perímetro urbano do Município de Roncador.-Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente,

solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a implantação do programa de fluoretação no Município de Sertãoópolis.-Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, objetivando a implantação de um pelotão da polícia militar no Município de Ubatã.-Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo a liberação de tubos a serem utilizados no combate à erosão no Município de Araruna. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, da matéria publicada pelo jornal Gazeta do Povo, na coluna "a vista do meu ponto", com o título "Fafá, o Hino e Nós". Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do expediente das entidades representativas da Agricultura, Indústria e Comércio do Paraná, a ele dirigido, contendo apelo para que se mobilizem esforços no sentido de que na construção da Hidrelétrica de Segredo sejam utilizados, no máximo, os recursos materiais, empresariais e humanos disponíveis no Estado. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministros da Agricultura e da Previdência e Assistência Social, encarecendo para que o percentual de 2,5% do FUNRURAL se aplique ao valor líquido e não ao valor bruto das operações realizadas por produtores rurais. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 11.º aniversário de fundação e inauguração de sede própria do jornal "O Diário do Norte do Paraná". Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Presidente da COPEL, encarecendo para que a construção da Usina de Salto Segredo seja realizada por empresas paranaenses. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando transcrição nos

Anais da Casa do editorial do Jornal "Folha de São Paulo", com o título "Vergonha no Congresso". Encerrada a discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA - Pela Ordem.

Senhor Presidente, aproveito a oportunidade para indicar os membros da Bancada do PDS para comporem a Comissão de Deputados que vão participar da reunião da UPI no Rio de Janeiro, da seccional Sul da UPI do Rio de Janeiro, conforme ficou acertado por ocasião da viagem dos Parlamentares desta Casa a João Pessoa.

E indico o nome dos nobres Deputados Edgard Pimentel e Erondy Silvério para participarem em nome do PDS.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezzi) - A Mesa registra.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo para que seja dado início às obras da Rodovia que constitui o Anel Externo do Contorno Norte. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social, encarecendo maior apoio técnico e financeiro através da FUNABEM para a implantação nas demais regiões do Paraná, do Projeto FUTURO, desenvolvido pioneiramente em Londrina. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social, pela decisão de descentralizar as atividades do INAMPS. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, objetivando prioridade total nas providências necessárias à assinatura do convênio de Ações Integradas de Saúde, entre INAMPS, SESB e Prefeitura Municipal de Florestópolis. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do

expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretários de Estado integrantes do Conselho Deliberativo de Pessoal/CDP, encarecendo urgência na aprovação do quadro funcional do Instituto de Assistência ao Menor - IAM, bem como da proposta de readequação salarial dos funcionários do mesmo órgão. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, visando a aprovação do pedido de instalação, a partir de 86, do ensino de 2.º grau na Escola Estadual Érico Veríssimo, no município de Cambé. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao jornal "Gazeta do Povo", pelo êxito alcançado pelo 1.º Salão de Artista Plástico "Alci Ramalho Filho". Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando o envio de telex aos Senhores Ministro da Agricultura e Presidente do Instituto Brasileiro do Café - IBC, encarecendo a majoração do preço mínimo do café a CR\$600.000 a saca de 60 quilos. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo informações sobre convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Marumbi. Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão extraordinária, para terça-feira, dia 25, às 14:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 110/85
e do Projeto de Resolução n.º 61/85

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 21/85

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 20/85, 32/85, 60/85 e 69/85.

Marca, ainda, uma Sessão Solene, para logo após, às 15:00 horas, para a entrega do título de Cidadão Honorário do Paraná ao Excelentíssimo Senhor Walter Alberto Pecoits.

Levanta-se a sessão.